

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA CAMPOS DE ALMEIDA

Proposta de melhoria para o funcionamento das redes de cooperação na prestação de serviços às Pessoas com Deficiência (PCDs) existentes na prefeitura municipal de Quatro Barras

QUATRO BARRAS

2019

MARIA CAMPOS DE ALMEIDA

Proposta de melhoria para o funcionamento das redes de cooperação na prestação de serviços às Pessoas com Deficiência (PCDs) existentes na prefeitura municipal de Quatro Barras

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal; Setor de Ciências Sociais Aplicadas EAD, Universidade Federal do Paraná Acadêmico Maria Campos de Almeida, referente ao curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal, UFPR EAD- polo LAPA – Uma proposta educacional na ampliação de serviços prestados aos PCD's.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Luiz Morais da Silva

QUATRO BARRAS

2019

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso refere-se, propor melhorias para o funcionamento das redes de cooperação existentes na prefeitura municipal de Quatro Barras, ampliando a prestação de serviços às pessoas com deficiência (PCD's), por meio das redes de cooperação, no campo Estado e Políticas públicas. Identifica quais as redes de cooperação presentes no município que contribuem para a prestação de serviços público de qualidade aos (PCD's). Apresenta por meio de gráficos e tabelas, indicadores educacionais dos estudantes na modalidade inclusiva, informando como ocorre atualmente este atendimento, propondo a implantação de um centro municipal de atendimento especializado (CMAE). O trabalho também propõe soluções, para qualidade dos serviços públicos ofertados no atendimento aos (PCD's) com revisão literária levantadas na Meta 4 e suas estratégias, contempladas no Plano Municipal de Educação (PME). Indica à necessidade de um (CMAE), para os usuários do município. O trabalho de pesquisa, visa analisar quais são as redes de cooperação existentes no local, quem serão os atores da implantação do programa para que ocorra a ampliação da prestação de serviços às Pessoas com Deficiência (PCD's). Fez parte como instrumento de pesquisa, estudos etnográficos descritiva, baseando-se em observação não participante a metodologia de coleta de dados e estudos, referentes as leis locais, com a revisão de literatura de autores renomado do curso. As quais deverá servir como propositiva para uma futura implantação do projeto, com uma breve entrevista com as responsáveis pelos setores de documentação e pela Chefe de Departamento dos programas de governo. Esta pesquisadora se utilizou de um questionário de auto avaliação com questões estruturadas formatadas e referenciadas por exigência do orientador, do curso EAD- de Gestão em Políticas Públicas da UFPR.

Palavras chaves: Rede de cooperação no campo Estado e políticas públicas.
Prestação de Serviços aos (PCD'S). Meta 4 – Plano Municipal de Educação estratégias de ações.

ABSTRACT

This work of conclusion of course refers, to propose improvements for the functioning of the networks of cooperation existing in the city hall of Quatro Barras, expanding the provision of services to people with disabilities (PCD's), through the cooperation networks, in the State field and Public policies. Identifies which cooperation networks exist in the municipality that contribute to the provision of quality public services to (PCD's). It presents, through graphs and tables, educational indicators of students in the inclusive modality, informing how this attendance currently occurs, proposing the implementation of a municipal specialized care center (CMAE). The work also proposes solutions for the quality of the public services offered in the service to the (PCD's) with literary revision raised in Goal 4 and its strategies, contemplated in the Municipal Plan of Education (PME). It indicates the need for one (CMAE), for the users of the municipality. The research work is aimed at analyzing which cooperation networks exist in the place, who will be the actors of the implementation of the program so that the provision of services to the People with Disabilities (PCD's) will increase. As a research instrument, descriptive ethnographic studies were carried out, based on non-participant observation, the methodology of data collection and studies, referring to local laws, with the review of renowned authors literature of the course. This should serve as a proposal for a future implementation of the project, with a brief interview with those responsible for the documentation sectors and the Head of Department of government programs. This researcher used a self-assessment questionnaire with structured questions formatted and referenced by the supervisor's requirement of the EAD- course on Public Policy Management at UFPR.

Keywords: Network of cooperation in the field State and public policies.

Provision of services to the (PCD's.). Goal 4-Municipal Plan of Education and the strategy for actions (CMAE.).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 APRESENTAÇÃO.....	7
1.2 Objetivo Geral.....	9
1.3 Objetivos Especificos.....	9
1.4 JUSTIFICATIVA.....	9
2. REVISÃO BIBLIOGRAFICA	12
2.1 REDES PÚBLICAS DE COOPERAÇÃO ASPECTOS LOCAIS E AS INTEMPÉRIES DA GESTÃO PÚBLICA.....	12
2.2 A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE VIABILIDADES NAS AÇÕES DAS REDES LOCAIS.....	16
2.3 OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO NA SUBJETIVIDADE DO NORMAL E DO PATOLÓGICO.....	16
3. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	25
3.1 DESCRIÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	25
3.2 DESCRIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA.....	28
3.3 ORÇAMENTO ATUAL E OS RECURSOS DIRECIONADO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	33
3.4 RESULTADO DA ENTREVISTA	37
4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	42
4.1 PROPOSTA TÉCNICA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE PROBLEMA DO PROJETO.....	42
4.1.1 Estimativas Dos Recursos E Implantação Da Proposta Técnica	45
4.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO RISCO E PROBLEMAS.....	46
4.3 RESULTADOS ESPERADOS.....	48
4.4 RISCOS E PROBLEMAS ESPERADOS MEDIDAS DE PREVENÇÃO.....	49
4.5 EXPLICANDO O FLUXOGRAMA PARA AMPLIAR AS PARCERIAS	50
5. CONCLUSÃO	54

REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	61
ANEXO 1 DOCUMENTO INSTITUCIONAL.....	61
ANEXO 2 ROTEIRO DE ENTREVISTA	62
ANEXO 3 ENTREVISTA EAD- SME- COLOMBO.....	63
ANEXO 4 EDITAL LEI SISTEMA DE ENSINO PINHAIS.....	64

1.INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa apresenta aos seus leitores, capítulos direcionados a uma proposta de ampliação de prestação de serviços para atendimento aos estudantes, pessoa com deficiência (PCD) em redes. Nesta sessão, inicia-se com a apresentação do projeto em si, seguido dos objetivos gerais, objetivos específicos também com a justifica que a autora desenvolve sobre o objeto pesquisado, que traz a proposta das redes de cooperação no campo do Estado e das Políticas Públicas, de pesquisa descritiva.

1.1 APRESENTAÇÃO

O referido projeto envolve o tema Redes Públicas de Cooperação no Ensino e traz em seu resultado final, a apresentação de uma proposta para a gestão pública municipal de ensino, nos desafios de termos nos espaços escolares adequados à prestação de serviços. Abordou também a importância da equipe multiprofissional nos espaços escolares e a urgência para que isso se efetive nas redes municipais públicas de educação. Busca, a partir da sua realização, propor medidas para ampliar a atuação dessas especialidades para que seja efetiva a Inclusão nas escolas.

Este estudo é embasado nas Lei De Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) e o cumprimento do Plano Nacional (PNE) em sua meta 17, sendo complementadas pelas estratégias que foram encontrados também no Plano Municipal de Educação (PME) de educação. A pesquisa seguiu um cronograma de atendimento e abordou a aplicação da Lei 15076/05 que pontua a importância da sua aplicabilidade. Além disso a coleta de dados estatísticos sobre os números de estudantes atendidos, na modalidade de Educação Especial no município, será o norte da pesquisa. Este trabalho de pesquisa apresentará, como proposta de intervenção um cronograma de implementação do referido projeto que será adicionado um relatório técnico a ser apresentado ao poder executivo competente.

O objetivo geral do presente projeto de intervenção é **propor melhorias para o funcionamento das redes de cooperação existentes na prefeitura municipal de Quatro Barras, ampliando a prestação de serviços às Pessoas com deficiência (PCD), por meio das Redes de Cooperação**. Com essa proposta, busca-se primar pela educação de qualidade e com a proposta de um local centralizado que disponibilizará uma equipe multiprofissional, já há muito almejada pelos docentes pais e funcionários, respeitando o direito da criança e do adolescente com esta necessidade de atendimento.

O objeto da presente pesquisa surgiu a partir de relatos e questionamentos das equipes de profissionais que atendem estudantes pessoa com deficiência (PCD) na rede pública de ensino do município. Considerando que o município não oferece um centro de atendimento na demanda de inclusão e outros dentro do semento, a pesquisadora apresenta uma proposta de ações que busquem melhorar e ampliar a prestação de serviços educativos, terapêuticos e especializados para a o sistema de ensino de inclusão. Ao longo da história da Educação Especial no Brasil, percebe-se que tais ações devem ser tomadas pela rede pública de ensino tomando novos caminhos, com necessidade pontual de um número maior do efetivo de atendimento que podem propor parcerias com as redes de cooperação com os demais setores públicos, e as decisões do gestor em como administrar e gerar boas tomadas de decisões.

Após os levantamentos e análise dos dados, o projeto propõe, em síntese, que as parcerias com demais atores, como um relevante aliado na busca pela ampliação dos serviços prestados, bem como no aumento da eficiência. Além disso, observa-se que há muito se fala de inclusão, porém muitos municípios, ainda não fizeram as respectivas adequações e adaptações e alguns já se “adequaram em partes” e podem ser parceiros na colaboração entre municípios.

Com a implementação da proposta busca-se cumprir a meta 4 do (PNE) nacional e (PME) local, isto poderá ser um dos caminhos em busca de soluções, para amenizar uma das principais queixas dos profissionais da rede pública na modalidade de Educação Especial, que é a necessidade da reestruturação e construção de um local específico para o atendimento das crianças e adolescentes PCD de leve e média complexidade.

Portanto, o presente projeto poderá auxiliar, o atual gestor público, na busca destes caminhos alternativa de prestação de serviços com qualidade.

1.2-OBJETIVO GERAL

Diante da discussão anterior, o presente estudo busca, como objetivo geral, **propor ações de melhorias e ampliação na Prestação de serviços educativos para às Pessoas com Deficiência (PCD's), a partir das Redes de Cooperação.**

1.3 OBJETIVOS ESPECIFICOS

A partir do objetivo geral citado anteriormente, os seguintes objetivos específicos foram delineados:

Identificar as redes de cooperação existentes na área de educação para Pessoas com Deficiência (PCD) da cidade de Quatro Barras;

Diagnosticar por meio de dados estatísticos disponíveis, como se dá o funcionamento atual no atendimento à Pessoa Com Deficiência (PCD).

Propor soluções, por meio de um programa de ampliação ao atendimento por meio de Rede de Cooperações;

Analisar as parcerias das Redes de Cooperação, no município de Quatro Barras, indicando como poderá ocorrer a ampliação da prestação de serviços às Pessoas Com Deficiência (PCD).

1.4 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

Relatos recentes de servidores e gestores, do segmento de educação especial têm chamado a atenção para a possibilidade de que exista a necessidade de ampliação nos serviços prestados em relação aos educandos Pessoa com Deficiência-(PCD) do município, garantidas pelas Leis LDB 9394/96 em todo Cap. e

na Lei nº.13146/15 que asseguram desde a acessibilidade ao atendimento público de qualidade.

De acordo com estes relatos, pode-se compreender que um programa de ampliação seja relevante para diminuição de espera, ao atendimento especializado melhorando o desempenho dos estudantes especiais direcionando-os para o atendimento da equipe multiprofissional organizando a vida cognitiva como um todo.

Considerando a importância da prestação de serviços de qualidade a sociedade local e o segmento da educação especial, há necessidade de diagnosticar emergencialmente, de forma a maximizar o atendimento às Pessoas Com Deficiência observando uma necessidade específica de urgência.

Identificar e propor melhorias para o funcionamento de Redes de Cooperação, na busca efetiva de ampliação da atual equipe de multiprofissionais ou de um (CMAE) tem sido estudada na área de gestão, sob a luz de diversos autores.

De acordo com Mäder (2016) a lei do governo do estado do Paraná, sancionada no ano de 2015, aonde foi aprovada a seguinte propositiva para a Secretaria de Educação do Estado (SEED), para que houvesse um “Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social em todas as unidades escolares, aonde o papel de um assistente social, psicopedagogo e um especialista, estariam no espaço educacional servindo de apoio, para as escolas públicas na rede estadual, e assim está pesquisadora encontrou na Lei nº926 de 2015 (PME) em toda a sua META 4, indicativos de que médio prazo o município deve implantar, um Centro de Municipal de Atendimento Especializado (CMAE) em parcerias com as esferas governamentais, municipais, estaduais ou federais.

Quando no texto de Malmegrin (2014), acrescenta que, “A efetividade das redes públicas de cooperação [...]. se dá, conforme o contexto em que as redes locais estão inseridas. (P.22)“Este contexto é o desenvolvimento local com suas variáveis, aqui denominadas aspectos, e com suas exigências culturais.”.

A todo momento estamos levantando, mais casos de crianças jovens e adultos (PCD's), a referida pesquisa apresenta que o número de pessoas no âmbito de Brasil, em relação ao número de estudantes locais, pode ser ainda maior do que se atende, segundo dados do IBGE, “quase 24% da população brasileira é composta por pessoas que possuem algum tipo de deficiência. De acordo com o último Censo do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Chegando a ser mais de 45 milhões de pessoas com deficiências.

Além das justificativas anteriores, destacam-se as motivações pessoais da autora da pesquisa, que atualmente atua como professora especialista concursada na Secretaria Municipal de Educação (SME), na área de Educação Especial desde 2005.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O capítulo a seguir, revisão bibliográfica desse estudo está dividida em quatro partes: Redes Públicas de cooperação , aspectos de desenvolvimento local e as intempéries na gestão pública; a prestação de serviços públicos de qualidade e a viabilidade nas ações das redes locais; a obrigatoriedade da inclusão na subjetividade do normal e do patológico; e indicadores e diagnósticos na prestação de serviços em Redes de cooperação, um paralelo com análise política fundamentados por autores renomados importantes para a conclusão deste trabalho de pesquisa.

2.1- Redes Públicas de Cooperação, aspectos de Desenvolvimento local e as intempéries na gestão pública.

Os estudos que seguem sobre a definição de redes de cooperação apresentam nas referências que “O sistema em rede, traz a ideia de entes autônomos, que decidem se unirem, para uma causa coletiva, uma Rede é parceira, voluntária para realizarem ações com objetivos comuns”. (MALMEGRIN,2014, p.2.) Apud Inojosa (1998).

Neste conceito de busca de parceiras para a realização de objetivos em comum, traz as necessidades de efetivação de ações dentro dos diversos setores da rede pública, o gestor acaba por ser responsável pelo seu desenvolvimento local.

Com a descentralização dos municípios, o ganho de autonomia para gestar com responsabilidade pelo desenvolvimento local, os gestores se viram desafiados à busca de soluções, Malmegrin (2016). “atender as demandas sociais urgentes, envolvendo questões que exigiam soluções mais complexas [...]. (P.26)” Quando surge a ideia de um projeto¹ que esteja contemplado em leis maiores, os gestores municipais se sentem meio que pressionado pela sociedade e por seus agentes, e os caminhos devem estar predispostos em todas as formas de gestão , em Salles

¹ Projeto – parte de um programa, ou, eventualmente, de um plano, cuja responsabilidade pela execução é claramente atribuída a uma empresa, unidade organizacional ou grupos de unidades, sob a liderança de determinado indivíduo. O projeto tem sempre um líder, responsável pelo que ocorre na sua execução. LOBO,2014. p.14. Apud: Lacombe (2009)

(2014,80) seja ela uma gestão participativa ou uma gestão mais fechada, quando há uma proposta de projeto seja ela complexa, que envolve um amplo estudo para a implantação por fases das iniciais, seguido do planejar suas fases definidas e mais distintas, Lobo,(2014.p.40). Além dos itens apontados no parágrafo acima, os agentes sempre se deparam, com questões de cunho Burocráticos

Burocratas, por sua vez, devem a sua posição à ocupação de postos de trabalho que requerem conhecimento especializado e que se situam em um sistema de cargos públicos. São burocratas todos os servidores públicos federais, estaduais e municipais que possuem esses atributos. Compreendem gestores de alto escalão, chefias intermediárias, e um vasto exército de servidores situados na base da administração pública, aparentemente sem grandes recursos de poder, que estão em contato direto e permanente com os cidadãos". (RUA, 2014, p. 36.)

Deparam-se também com a legalidade de muitas vezes, ter que abrir campo para uma gestão participativa e democrática², o que não é muito fácil, observa-se timidamente em alguns municípios, que se apresentam ainda com uma cultura mais conservadora.

Para se trabalhar de forma mais democrática e participativa sempre exige, articulações mais complexas dos agentes, pois uma gestão democrática e participativa exigirá, articulações mais complexas dos agentes locais, comprometimento por parte dos mesmos, articulação entre os conselhos; apoio das redes de comunicação na divulgação de ações, é nítido esta observação quando somos integrantes dos diversos conselhos locais.

Os aspectos em que as redes de prestação de serviços se apresentam colocam em xeque, a sua efetividade para o desenvolvimento local, busca nestes aspectos, questões de viabilidade, sustentabilidade, envolvimento e comprometimento. Todo processo deve envolver planejamento análise política, viabilidade e quais os autores, além, qual grupo será favorecido, perpassando pela logística de bens de serviços, transporte e insumos, (Moura, ñ. p.1998). levantando as seguintes variáveis.

² Gestão Democrática- Esse movimento resultou no processo constituinte que, além de marcar o restabelecimento da democracia representativa, incorporou o princípio de participação direta da sociedade civil em diversos dispositivos da Constituição de 1988. (SALLES,2014, P.73).

[..] seguintes variáveis para orientar a investigação: abrangência da rede, que indica a pluralidade dos atores envolvidos; grau de centralidade, ou seja, a incidência do Governo no processo e a participação relativa das organizações/atores da sociedade civil; funções, remete aos papéis desempenhados pela rede; a natureza dos vínculos, a presença de relações de cooperação, os conflitos, a negociação e troca; e publicidade, que indica o grau de visibilidade pública da rede.[..] .(em httpm, Susana Moura,1998.).

Ainda em Moura,(1998) são plurais o envolvimento dos atores e o grau de centralidade do governo emerge em um processo de participação relativa e quais serão os vínculos relacionados a estas organizações, seja elas de cooperação, conflitos negociação e troca, qual a publicidade aplicada para que indique o grau de visibilidade pública da rede.

Ao longo das revisões literárias, podemos conferir que a existência das redes, são de cunho social, segundo, Castells e Cardoso(2005), o ser humano necessidade de interação e do desenvolvimento, encontramos superficialmente as redes sociais, as redes com caráter religiosos, as redes de proteção sejam humanas ou ambientais e as redes locais de desenvolvimento público que abrangem a Educação, Saúde e assistência social, as redes de sistema de ensino.

Assim pudemos observar as redes de assistência social, caracteriza-se como uma das redes de importância nas gestões públicas das três esferas, caracteriza-se.

[...], o aspecto mais crítico no desenvolvimento da sociedade da informação é o desenvolvimento das estruturas profundas da sociedade, às quais devemos prestar uma atenção cuidadosa, realçando que o desenvolvimento da tecnologia ajudará só quando for combinado com mudanças nas estruturas de base. **Himanen** sugere que a sociedade em rede não promove apenas inovação empresarial, também possui as características necessárias para a inovação do Estado e a sua passagem de Estado-Providência para Estado de bem-estar social. (CASTELLS/CARDOSO,2005 p.13).

Nestes aspectos de rede de bem-estar, a rede de educação apresenta-se com um grande desafio de que, todas as esferas municipais se apoderem uma das outras, criando as parcerias, com a União, Estados e municípios.

Buscando-se, os sistemas de ensinos, os estados já asseguram seus próprios sistemas e acabam por reger aqueles municípios que não se adequaram à sua própria rede de sistemas próprio, no caso do município pesquisado.

Os sistemas de ensino estão acontecendo no país de uma forma a buscar de autonomia legislativa e organizacional local, pois acredita-se na fala de grandes pensadores da educação, que deva existir polos autônomos em suas demandas e diretrizes, porém há contradições na maioria dos municípios, na interpretação do senso comum em implantar, ou não seus sistemas de ensino, pois muitos ainda estão atrelado ao entendimento reduzido como

No Brasil, um sistema de ensino refere-se a empresas que dão suporte a escolas tanto da rede pública quanto da rede particular, fornecendo material didático e também o apoio pedagógico com consultorias, treinamentos e formação para professores. No ano de 2011, de acordo a empresa Hoper Educação, o mercado privado desse segmento no Brasil gerou receitas brutas de R\$1,2 bilhão. Um dos pontos normalmente colocados como favoráveis à contratação de sistemas de ensino é a uniformização do ensino, com grade curricular integrada ao material didático, metodologia de ensino, etc., que diminuiria os custos para a escola com essas ferramentas de organização do trabalho pedagógico, assim como para os pais (no caso de escolas particulares).Fonte (https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_de_ensino_acadêmico. 11/02/2019.).

E quando o Plano Nacional de Educação, aborda a importância dos municípios se adequarem na implantação de seus próprios sistemas de ensino, segundo Saviani, (1999) em sua palestra no Fórum de Educação, no estado do Rio Grande do Sul, explana sobre sistema

Assim, sistema implica organização sob normas próprias (o que lhe confere um elevado grau de autonomia) e comuns (isto é, que obrigam a todos os seus integrantes). Ora, os cursos livres são tais exatamente porque não se subordinam às normas gerais e comuns.” (SAVIANI,1990, p.121).

Há quem defende, há quem seja contra sua implantação em municípios de pequeno porte. O município de Pinhais que está situado na região metropolitana norte de Curitiba, ousou em implantar seu próprio sistema de ensino, dentro da sua normativas e legislações, cada município ainda está livre em pensar sua forma de Sistema.

Pinhais, que desde de 2009, conta com seu próprio Sistema de Ensino implantado, sob a Lei nº1059/09 esta lei, Dispõe sobre a Organização do Sistema de Ensino, segue o edital em anexo.

Após a entrevista uma observação, levantada pela pesquisadora, foi de que há falhas nas legislações educacionais, locais, deixando de atualizarem-se ao contexto atual, nas observações, levanta-se que encontramos um departamento jurídico, condicionado a leis do século XX, engatinhando aos meados do Século XX.

2.2 A Prestação De Serviços Públicos De Qualidade E A Viabilidade Nas Ações Das Redes Locais.

A morosidade nos processos administrativos de aceitação de estudos ou aprovação de projetos inovadores chegam a fazer parte do sistema de burocracia das redes públicas abrangendo os serviços, seus locais públicos, muitos destes devido a vários fatores, entre eles estão a burocratização, interesses compromisso dos agentes envolvidos no tema, Inclusão, os de interesses políticos partidários, bem como também o tema orçamentário, Salles,(2014.p.80.). Considera que, "[...] o orçamento é uma peça política por excelência, embora seja costumeiramente visto apenas como parte integrante da economia, [...]" e os gestores locais hoje, ainda tem um compromisso, da lei de responsabilidade fiscal.

Alguns colocariam em primeiro lugar como ponto crucial em qualquer projeto, o orçamento, observa-se como ocorrem esta funcionalidade estrutural de política pública local, chegando a se complementar dentro do interesse de implantação, qualquer projeto, sempre dependerá mais de interesses do gestor que está no poder público de que da equipe e do grupo de contribuinte , sendo assim quando há interesses maiores, sempre encontram-se onde direcionar ou tirar o orçamento, no texto de Maria da Graças Rua, (2014) relata a exemplo que.

[..], alguns atores sociais, que possuem interesse numa determinada questão, fazem manifestações públicas; alguns parlamentares no Congresso recebem os representantes desses atores em seus gabinetes, discutem suas reivindicações. Outros parlamentares fazem o mesmo com outros atores afetados pelo tema e que têm interesses diferentes, opostos ou não. Mais tarde, a imprensa noticia o fato, e os parlamentares comentam essas manifestações, fazem discursos. As lideranças do governo no Congresso fazem um relato disso às autoridades do Poder Executivo. Em resposta, o governo cria um grupo de trabalho para discutir o assunto. (RUA,2014, p.16.).

Observa-se muito disto nas sessões plenárias como câmara de vereadores e de deputados, percebe-se que em um instante, o jogo de interesse a quem estará beneficiando, ou será beneficiado ocorre em apenas uma agenda, com uma reunião extra o, legislativo apresenta rapidinho de onde pode vir o orçamento, como será aplicação daquele projeto. Entram em jogo os interesses políticos partidários e outros de cunho, troca de favores, também é muito forte os interesses dos movimentos sociais, seja de algum segmento dos agentes públicos, ou seja, de alguma associação ou sindicato.

Esta proposta aqui bem definida neste tema é de interesse em se fazer cumprir, uma Lei que veio com os estudos e as aplicações da Lei 13.005/2015 do plano nacional de educação (PNE); dos Planos estaduais de educação (PEE); Lei nº 926/15 local aprovado em junho de Plano Municipal de Educação (PME).

Ao identificarmos quais são as redes de cooperação existentes no segmento, educação, para a prestação de serviços às pessoas com Deficiências no município, poderemos direcionar por meio de coleta de dados e diagnóstico como acontecem a prestação de serviços público com a participação das redes locais

Para atender tal necessidade de abrangência são adotadas estratégias, a exemplo daquelas que objetivam a universalização de serviços públicos. Em uma tentativa de simplificação das variáveis de serviço público, vamos tentar construir uma estrutura que contemple três grandes grupos de serviços: *atendimento direto; * disponibilização de infraestrutura; e* intervenção legal. (MALMEGRIN,2014, p.57.).

Os serviços devem ser prestados em suas estruturas, para que ocorra a sua efetividade, os agentes devem estar diretamente ligados ao processo de atendimento, disponibilizar estruturas para que os usuários possam usufruir de seus direitos, sempre lembrando que há uma autonomia dentro da legalidade, intervindo de ações corretas.

2.3 Obrigatoriedade Da Inclusão Na Subjetividade Do Normal E Do Patológico

Quando se busca, revisões de literatura aos temas direcionados a subjetividade humana chegamos os questionamentos, de ser normal versos, patológicos do ser

humano no processo de inclusão, ou não, a modalidade da educação especial, em que traz cada pessoa em seu ser individual e subjetivo, para a, De Luca, (2002, ñ. P.) o conceito de normal e patológico em que ela descreve no seu artigo sob título “Normalização”, elenca que o ideal de normal das crianças atendidas como diferentes vai além do “[...] método pedagógico, de um arsenal de recursos e de profissionais especializados.” E que isto deva possibilitar à criança atingir os objetivos propostos, ainda cita, De Luca (2002) que, “[...] uma normalidade é aquela diferença em que o patológico acaba por ser recorrente de riscos, [...]”.

Ao se tentar embutir nos (PCD's) seja criança ou adolescente ou até no adulto, o estigma de ser normal, o que acaba a caindo por água abaixo, os projetos ideais no atendimento dos mesmos, chegando ao não ser perfeitos. Muitos profissionais que os atendem chegam a frustração das tentativas assertivas ou errôneas, de sempre ter que começar chegando a sensação de não chega a lugar algum.

Os profissionais que não se profundam em ser conhecedor das patologias e das limitações naquela normalidade, correm o risco de adoecerem, dentro do sistema educacional especial são constantes os casos de professores que adoecem, se não estiverem providos de acompanhamento à sua saúde, devendo ser acompanhado por especialista, porém um tema que pode ser investigado mais tarde, que é o adoecimento do profissional nos espaços escolares, em principal na Educação Especial. A autora Luca, (2002. Ñ. P.) Apud faz referências às Políticas Nacionais da Educação Especial (PNEE) conceitua os princípios de normalidade.

O documento editado pelo MEC em 1994, "Política Nacional de Educação Especial", define normalização como: "Princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária as mais semelhantes possível às formas e condições de vida do resto da sociedade (MEC/SEESP,1994:22)" LUCA,2002.(Apud PNEE.).

Com esta explanação de normal e patológico, a pesquisadora trouxe um quadro que apresenta a coleta de dados no sitio do Instituto Brasileiro de geografia e Estatísticas (IBGE), contempla nestes dados que em nosso país a Pessoa com

deficiência (PCD's). Elenca nos seus recentes indicadores percentuais referentes a população que apresentam alguma patologia, assim como demonstrado no quadro abaixo

Para 45.606.048 milhões de brasileiros, 23,9% da população, apresentam alguma deficiência seja ela biológica, física ou cognitiva que estão caracterizadas nas seguintes patologias: Visual; auditiva; motora; mental ou Intelectual, entre mulheres e homens, ao buscar em sites o percentual de Crianças ou jovens (PCD's), os sistemas ainda não são integrados com informações diretas e precisas, dificultam pontualmente o número, que devem ser atendidos, as fontes encontradas são ainda de informações do ano de 2010, observa-se que o quadro abaixo, encontramos um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), direcionados aos referidos dados.

FIGURA 1 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO TÊM EFICIÊNCIA



FONTE: Ibge (2016).

Em meados dos anos 80 o Brasil, inicia-se uma agenda pública o tema, excepcionalidade, portadores de deficiências, a CF/88 instituiu em seu Artigo nº (208,III) um dispositivo categórico, usual que foi lançado no mundo inteiro referente às políticas e diretrizes, implantando em todos os sistemas educacionais a categoria Sistemas inclusivos, (CARNEIRO,2015,p.609).

Com a LDB 9394/96 que trata, todo seu capítulo V, em seu Artigo 58. As tratativas do que se entende por Educação especial e agora recentemente a nomenclatura portadores de deficiências (PCD's), definido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (LBI 13.145 de 2015), que vem assegurando em

seus artigos e incisos, toda as questões de direito a acessibilidade e à condições de igualdade humana relacionado aos bens materiais, pessoais e de propriedade.

Uma agenda que tomou tamanha proporcionalidade, além das Sociedades de Meninos Cegos, APAES, AACD e muitas outros como a UNICEF, ONU e outras de suma importância, para as discussões e aplicabilidade de ações diversificados ao tema como: Educação Cultura Lazer, Transporte, esta agenda aos poucos, passou a fazer parte da rotina da acessibilidade, reponsabilidade com sustentabilidade, temas como estes já estão assegurados por Leis e devem estar sempre contemplados nas agendas das políticas públicas, fazendo parte da vida diária dos (PCD's).

A partir da Constituição Federal de 1988, com a autonomia dos entes federados, muitas diretrizes e adendos, com os códigos de lei foram sendo ampliados para dar mais visibilidade ao atendimento de crianças jovens e adultos om deficiência, entre eles a Lei nº 8.099/90 , Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) que em seus princípios fundantes do direito da criança e do adolescente, diz nos Art. 3º e 4º, assegurando os direitos fundamentais que deve assegurar e oportunizar a proteção integral do ECA, assegurado nestes artigos “facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.” (CARNEIRO 2015, p.617.).

Os destaques das diversas leis, um ano após a CF/88 foi sancionada a Lei 7.853/89 dispondendo em seu anais, o apoio e a interação social aos PCD's, “assegurando o pleno exercício dos seus direitos individuais e sociais.” O Plano Nacional de Educação (PNE) META 4 inspirado no art. 58 da LDB, constatou a “Universalidade, para a população de 4(quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”. (CARNEIRO, 2015, p.610.).

Fazendo se saber de Leis e decretos, após a aprovação do PNE/2015 sob. Dec. 13.005/15, os repasses de recursos para aplicabilidade de locais e de formação para docentes, ampliação de equipes multiprofissionais para a modalidade Educação especial, trouxeram novos contextos para as escolas municipais e estaduais, o surgimento da, salas de recursos multifuncionais (SRM) as Classes especiais com menos contingentes nas unidades, os direitos ao benefício de prestação continuada

(BPC), que trouxe seguridade social para jovens e adultos oriundos de auxílio, ampliando o acesso e mais um contingente de especialidades as demandas.

Sabemos quando vivemos as Diretrizes inclusivas, o processo de normal ou patológico, apresenta muitas confusões, que na maioria dos pequenos municípios, saber quem estaria e como entraria no processo de normal ou de patológico? Como encaminhar e aonde encaminhar? Nesta visão em saber quais os estudantes que se caracterizam nos núcleos educacionais, quais são as suas patologias em Carneiro (2015.), discorre sobre as especificidades das patologias, as quais são amplas e não reduzidas, pontua que muitas SME trabalham com conceitos mínimo de patologias, sempre na exigência de Laudo de um Neuropediatra ou neurologista.

Numa visão ampla e contextualizada do alunado da educação especial, pode-se ter a seguinte visualização: *: Aluno com deficiência mental; Aluno com deficiência auditiva; Aluno com deficiência visual; Aluna com deficiência múltipla; aluno com deficiência motora; Aluno com condutas típicas; Aluno com Síndrome de Down; aluno com Autismo; Aluno com déficit de atenção/ hiperatividade; Aluno com transtorno de pensamento e Linguagem; aluno com transtorno de personalidade; aluno com dificuldade de aprendizagem; alunos superdotados; alunos em classes hospitalares, em centros de reabilitação ou convalescentes, em domicílio; Alunos oriundo de contextos culturais minoritários (indígena e ciganos); Alunos com problemas de autoconceito; alunos submetidos a níveis agudos de privação cultural; Ainda, vale registrar um número crescente de alunos especiais que tem suas vidas marcadas por desconformidades sociais ou por contingencia de trabalho, tais como: * Alunos de pais separados; Alunos filhos de pais alcoólatras; Alunos sem pais; Alunos filhos de pais desempregados; alunos filhos de pais encarcerados; Alunos dependentes de drogas alunos com problemas de subnutrição; Alunos/meninos de rua ; alunos que vivem em situação de riscos; Alunos que vivem em acampamentos ou situações habitacionais eventuais; Alunos cujo os pais vivem em transito/filhos de famílias circense de caminhoneiros, boias-frias, agricultores sem-terra, de famílias ciganas etc...(CARNEIRO,2015. p 610 A 611).

O que podemos levantar nas análises do especialista acima referenciado, é que as patologias para o atendimento da criança ou do adolescente (PCD's) dentro do normal até então, parecia muito óbvio, quando torna patológico dentro do processo da diretrizes de inclusão, e nos diversificados casos, a escola do século XXI deve ser e estar flexível para o atendimento de suas demandas locais específicas, ainda em Carneiro, (2015) uma escola organizada com “equipe multidisciplinar que seja capaz

de apoiar professores, comprometidos em favorecer ambientes de aprendizagem na política inclusiva respeitando os seus princípios”.(p.611).

Dando sequência e contextualizando o Art. 58 da LDB 9394/96 Carneiro, (2005) apresenta os princípios das diretrizes, as quais devem estar locadas em centros de especialidades com “recursos imprescindíveis para que os estudantes com necessidades educacionais especiais sejam elas especificam, temporárias ou permanentes se sintam capazes de aprender.” Completamos ainda quais são os princípios das políticas inclusivas.

Promoção da cultura da diversidade da escola; o de desenvolvimento de redes de apoio aos alunos; adoção de abordagens efetivas de ensino; Remoção de processos excludentes na sociedade e na escola
Conhecimento dos alunos, identificando interesses motivações e limitações;
Planejamento flexível do ensino, possibilitando atender as singularidades de cada aluno; avaliação estruturada a partir do percurso individual, valorizando cada passo; Gestão escolar compartilhada, ensejando, à equipe escolar, refletir sobre os desafios das diversidades humanas. (CARNEIRO,2015. p.612).

Não se pode deixar de citar, a importância da formação da equipe docente e da equipe multiprofissional que estará atendendo e ofertando, a prestação de serviços, estar atentos, ou uma constante busca, das legislações da educação específicas, “LDB. Art.62, § 1º A União, o distrito Federal os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverá promover a formação, continuada e a capacitação do magistério”. Carneiro, (2005, p.648.).

O zelo pelos serviços prestados, surge do pressuposto de que, uma equipe multiprofissional deveria ser contemplada na dimensão de atendimento aos estudantes (PCD's) seus pais e docentes, o principal papel dentro dos centros de especialidades ou no espaço escolar, demandam suporte multiprofissional para docentes e pais no âmbito de saúde e de apoio pedagógico social e educacional.

Como este trabalho aponta que desde a implantação das Diretrizes Inclusivas,(2001) desde o (PNE, Leinº13.005/15), que se estendeu aos estados por meio do (PEE,2015) e por fim nos municípios (PME) em meados de 2015 até o presente momento apresenta ainda avanços de curto a médio prazo superficiais a

maioria aos municípios brasileiros, não por falta de leis federais e sim por burocracias, sim por burocracias, além de reorganização das Leis locais, outro fator a (PEC)95, de redução e congelamentos de gastos públicos para a educação, que acabam ocorrendo dentro dos espaços das políticas públicas.

Foram encontrados também artigos que mencionavam uma Lei estadual sob o nº 15.075/06 aonde o governo da época sancionou uma nova modalidade dentro do atendimento Psicopedagógico dentro dos espaços escolares, uma proposta de Lei que em 2006 que trouxe pelo governo da época uma direção para que as equipes multiprofissionais fossem ampliadas.

O governador do Paraná, sancionou a lei estadual nº 15.075/06, que autoriza a implantação de um Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público no Paraná. Essa lei afirma, em seu artigo 2º, que “cada unidade de Ensino Fundamental e médio que integra a rede pública estadual deverá contar com equipe interprofissional habilitada a prestar atendimento psicopedagógico e social ao estudante matriculado, e dar suporte técnico à direção e aos professores”. Além disso, a referida lei especifica também que essa equipe interprofissional deverá ser formada por, pelo menos, uma Psicóloga ou Psicólogo, um (a) assistente social e um(a) pedagogo(a) (MÄDER, 2016,p.12).

O texto acima referenciado apresentou em 2011 uma realidade ainda muito forte e frequente nos espaços educacionais depois de 8 anos da existência da lei. O que ainda buscou-se em estudos mais recentes, segundo, Mäder (2016) o que burocratas políticos sempre discutem, referente a lei em questão, o problema não estava na proposta da equipe, sugerida por lei e sim quem pagaria ou contrataria os profissionais de saúde para atuarem na educação qual rede de atendimento pertenceriam, qual pasta pagaria seus proventos.

Lei 15075 - 04 de maio de 2006

Publicado no Diário Oficial nº. 7219 de 5 de maio de 2006

Súmula: Autoriza a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público, conforme especifica. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º. Fica autorizado ao Governo do Estado a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e social em todas as unidades escolares que

integram a Rede de Ensino Público, do ensino fundamental e médio, no Estado do Paraná. Art. 2°. Cada Unidade de Ensino Fundamental e Médio que integra a Rede Pública Estadual deverá contar com equipe interprofissional habilitada a prestar atendimento psicopedagógico e social ao estudante matriculado, e dar suporte técnico à direção e aos professores. § 1°. A equipe interprofissional referida no "caput" deverá estar composta por, no mínimo, um(a) psicólogo(a), um(a) pedagogo(a) e um(a) assistente social. § 2°. A equipe interprofissional prestará atendimento preventivo ou terapêutico ao estudante, conforme a situação ou caso detectado no dia-a-dia da Unidade de Ensino. § 3°. A equipe interprofissional dará orientação aos pais, familiares ou responsáveis pelos estudantes, sempre que necessário ou sempre que solicitado a fazê-lo. Art. 3°. Para cumprimento do artigo anterior, o Governo do Estado poderá firmar convênios com Faculdades e Universidades, para a contratação de pessoal técnico. Art. 4°. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários necessários ao cumprimento dos dispositivos desta lei. Art. 5°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos práticos no ano letivo seguinte. PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 04 de maio de 2006. Roberto Requião Governador do Estado Mauricio Requião de Mello e Silva Secretário de Estado da Educação.

Como se pode a lei ficou somente no papel assim como muitas leis, coesas e de importância social ou educacional, Mäder (2016) elenca em seu caderno que.

No entanto, essa é uma lei apenas autorizatória, em que não está prevista a efetivação prática. Dessa forma, de 2006 até agora, nenhum programa que tivesse o objetivo direto e específico de proporcionar um atendimento psicopedagógico e social e que formasse e instituisse essa equipe interprofissional nas escolas do Paraná foi implementado. (MADER,2006, p.14).

São questões pontuais, que levam a uma reflexão, o por que não ocorreu a sua aplicabilidade, quando leis que estão diretas ou indiretamente relacionadas as condições de elevação humana, não tem importância para sua aplicabilidade, pois não há visibilidade para a política de gestão pública, os diagnósticos direcionados às questões sociais são pouco lembrados pelos gestores públicos.

3. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

Esta sessão apresenta o local, a descrição geral do município de Quatro Barras, os parágrafos a seguir serão descritos desde a localização ao departamento a ser pesquisado, apresenta dados do site da transparência do município, números de profissionais e de estudantes matriculados na rede de ensino, em observação especial os estudantes (PCD's). Dessa forma, as seguintes subseções são apresentadas: descrição geral do Município de Quatro Barras.

3.1- Descrição Geral do Município.

A proposta de aplicabilidade do projeto, foi desenvolvida no âmbito Prefeitura Municipal de Quatro Barras, que é um dos 14 município que compõe a Região Metropolitana de Curitiba. Conforme dados do IPARDES (2018), na Figura 1 elencada abaixo, a população do município era de 23.199 (habitantes). O município está localizado a oeste da capital do Paraná, foi no ano de 1961, houve o desmembramento do município, da Comarca de Piraquara bem como, demais dados relativos às informações administrativos do município. Já na Figura 2, inicia-se os dados referentes ao IDHM.

FIGURA 1 - QUADRO DE INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

FONTE: Prefeitura, Governo

INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS - 2017

HISTÓRICO	INFORMAÇÃO
Origem do município - Desmembramento	Campina Grande do Sul e Piraquara
Data de instalação do município (1)	09/11/1961
Data de comemoração do município	9 de novembro

FONTE: Prefeitura

(1) Data em que o município foi instalado, independe da data de criação do mesmo, que é através de decreto, lei ou decreto-lei.

ÁREA TERRITORIAL E DISTÂNCIA À CAPITAL - 2017

TERRITÓRIO	INFORMAÇÃO	UNIDADE
Área territorial	181,265	km²
Distância da sede municipal à capital	25,10	km

FONTE: ITCG-PR (Área), SEIL-PR (Distância)

FONTE: IparDES (2018)

FIGURA 2- INFORMAÇÕES DE INDICE - IHDM

MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS		
INFORMAÇÃO	ÍNDICE (1)	continuação
		UNIDADE
IDHM - Longevidade	0,831	
Esperança de vida ao nascer	74,87	anos
IDHM - Educação	0,665	
Escolaridade da população adulta	0,59	
Fluxo escolar da população jovem (Frequência escolar)	0,70	
IDHM - Renda	0,740	
Renda per capita	800,40	R\$ 1,00
Classificação na unidade da federação	52	
Classificação nacional	719	

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP
 NOTA: Os dados utilizados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE.
 (1) O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto.

FONTE: IparDES (2018.)

Observa-se no segundo gráfico que apresenta um, IHDM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) positivo para o município de Quatro Barras é de 0,742 (IPARDES, 2016). A figura 1 apresenta outros dados relacionados à longevidade, esperança de vida ao nascer, em Januzzi (2014) o IDH de uma cidade apresenta a quantas andas, a qualidade de vida no local, se há perspectivas de vida, de futuro.

No caso do IDH, medidas relacionadas à cobertura escolar nos diferentes níveis de ensino, alfabetização, renda média e esperança de vida são combinadas e sintetizadas para produção de um indicador com escala de variação de 0 (pior situação de Desenvolvimento Humano) a 1 melhor situação de Desenvolvimento Humano. (JANUZZI,2014, p.45.).

O IDHM são dados que são levantados de 10 em 10 anos, segundo senso feito pelo IBGE, os números que se apresentam na escala abaixo de 1, não pode chegar próximo a escala 0, isto indica segundo, em (informação verbal)³ a com um especialista do IPARDES, que o município apresenta uma baixa qualidade de vida e desenvolvimento, segundo o coordenador, quando solicitado, pelo IPEA, os

³ Engenheiro ambiental, Setor Indicadores., IPARDS -Pr.

responsáveis técnicos se utilizam dos dados para inserir nos sistemas, o IPEA também se utiliza de outras fontes de dados como base de cálculo, quando apresenta estes números, também informou que os indicadores reais, sempre oscilam pois dependem de alimentação dos sistemas integrados. Os indicadores, são feitos pelo IPARDES, com base nas fontes INEP/MEC e IBGE, quando se trata de informações específicas como quantidades de estudantes e suas deficiências, há uma distorção de dados, por falta de atualização, dos órgãos competentes, e também de investimento em pesquisas tecnológicas por parte dos governos.

A defasagem de alguns números, ocorrem, porém, há dados locais que devem ser informados ao IBGE, para que eles apresentem em rede nacional o IPARDES depende muito dos dados do IBGE, foi explicado pelo coordenador, a quem houve uma consulta informal por Watt Zap, o mesmo pontua que nas pesquisas oficiais, mesmo que o IPARDES atualize os dados internamente, somente lança no sistema geral, após o IBGE, atualizar em seus sistemas, faz parte de um “Código de Ética” dos centros de pesquisas.

O IDHM, em relação ao segmento da educação, traz indicadores positivos pois 0,665, são indicadores são positivos também ainda relacionados ao IDEB, do município conta com 6,1. O quadro acima também relata que somos um do 719 entre os 5.565,43 municípios, bem promissores em qualidade de vida.

Ser conhecedor dos processos que apresenta nos indicadores sociais, é muito importante para qualquer gestão pública, pois ajuda os agentes a terem uma ampla visão, para entender o município, para Januzzi, (2014) eles direcionados ao campo das Políticas.

No campo aplicado das Políticas Públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança

social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. (JANUZZI, 2014, P.20.).

São importantes para a dimensão social, como monitoramento e investigação, atualizam dentro dos sistemas informações, referentes a coleta de dados.

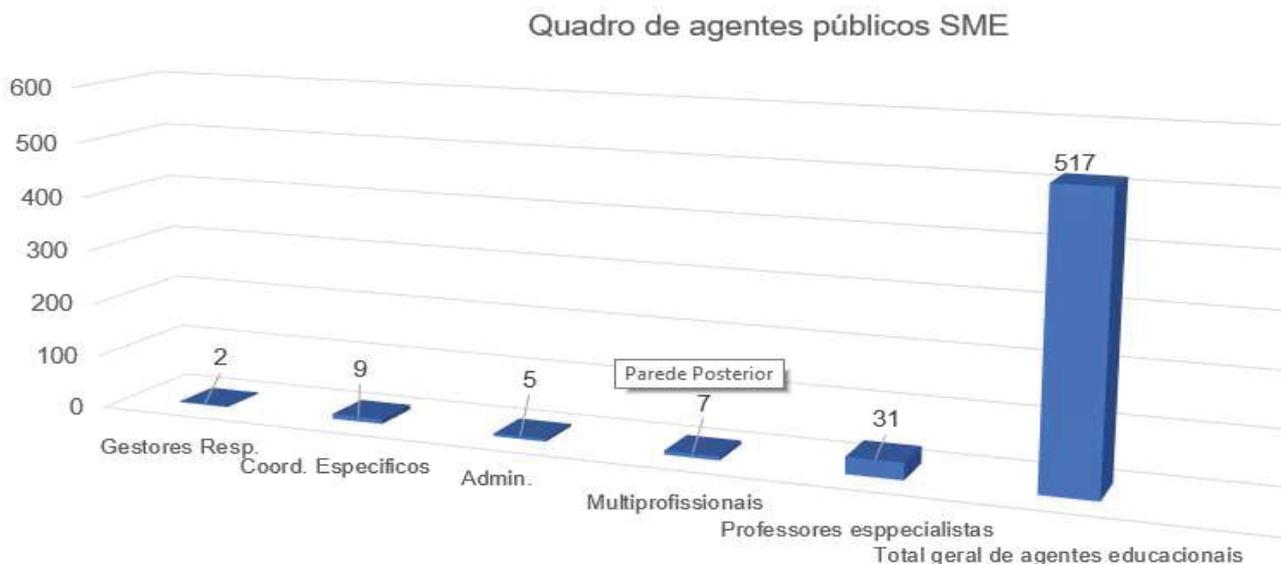
3.2 Descrição e Organização da Instituição Pesquisada.

A Secretaria Municipal de Educação, está situada rua Nilo Fávares, nº 100, o espaço trata-se de é um prédio novo que ainda não foi inaugurado, em meados de 2017, houve a mudança. A Secretaria municipal atua na prestação de serviços públicos, direcionados a educação básica municipal, não faz parte de um sistema local de ensino, está dentro do sistema de educação do Estado. Uma das secretarias mais importantes para os usuários, uma pasta que capta muitos recursos, porém há muito gastos nela, ou melhor, “investimento” como diz o prefeito local. Esta pesquisa baseia-se no segmento da modalidade de Educação Especial.

Esta secretária, faz a Gestão pública de mais de 2.500 estudantes, dispõe de 517 funcionários, na pasta, entre professores, funcionários do quadro geral, porém efetivos 450, na fala da secretária, pois 66 funcionários, estão afastados, segunda a coordenadora de RH.

O departamento da SME, conta com uma equipe com 57 profissionais técnico e administrativos, sendo: 01 Coordenador geral administrativo; 02 técnicos em RH; 02 administrativos no setor de compras; 01 Mestre especialista pelos programas do FNDE e PME; 02 Nutricionistas; 01 documentadora; 01 coordenador de transporte escolar. Na coordenação de Educação Básica, a secretaria é composta pelos seguintes profissionais: 02 Coordenadores de Educação Infantil, 06 Coordenadores de ensino Fundamental I divididos nas respectivas disciplinas (Língua Portuguesa e Matemática/ Ciências/ Geografia, história e Inglês/ Educação Física / Educação Especial/ Educação de Jovens e adultos (EJA) centro de educação integral (CEI), mais 9 multiprofissionais. Segue gráfico visualizando a equipe e o quadro de agentes no espaço da SME.

FIGURA 1- QUADRO DE AGENTES PUBLICO

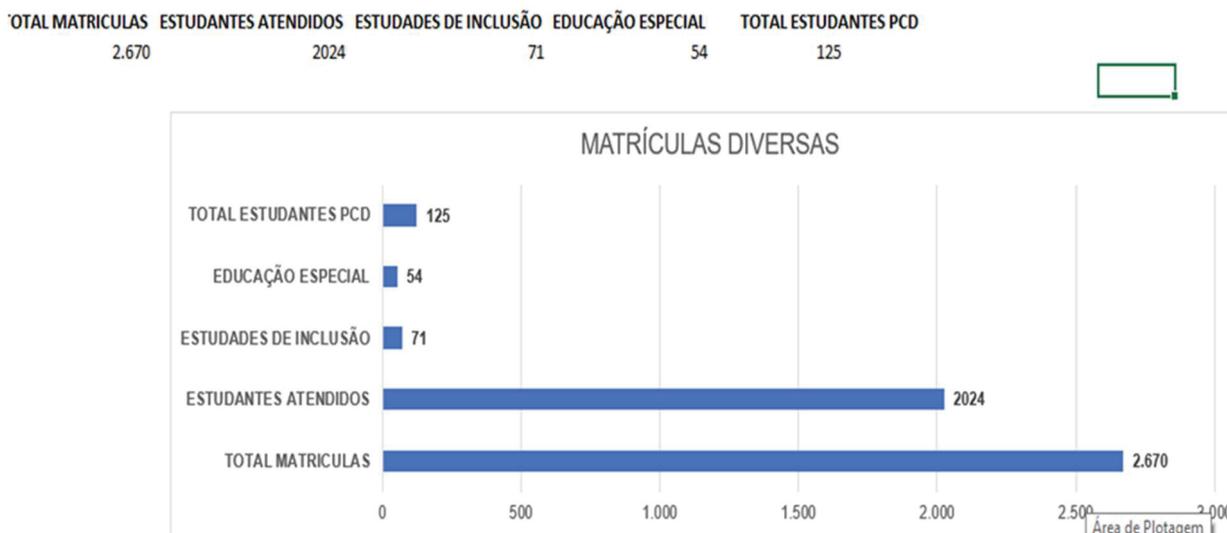


FONTE: Elaborado pela autora (2019).

Houve no ano de 2018, um total de 2.024 matrículas de 4 a 17 anos, porém o município trabalhou com arrecadações de matrículas efetivadas em 2017, que foi montante 2.670, observa-se queda no total de matrículas de um ano a outro. Até o momento a coordenação da educação Especial não foi nomeado ainda, e a coordenação do ano de 2018, deixou dados sobre o seu departamento, e a chefe do departamento entrevistada respondeu pelo setor.

A educação especial, em específico, atende, duas modalidades de atendimento especial, contempla, 01 escola Municipal na Modalidade de Educação Especial Professora Joana Valache, inaugurada no ano de 2008, na modalidade especial, no bairro do jardim Itapira, e 01 Sala de Classe especial no bairro Jardim Menino Deus. Além de das salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que atenderam 161 estudantes no segmento de inclusão nas 07 unidades escolares e uma conquista uma Sala de Recurso Multifuncional (SRM) em um dos Centro de Educação Infantil (CMEI). A escola especial no ano de 2018 teve 55 matrículas, no ano passado, com 48 matrículas. Já na classe especial foram atendidas 03 estudantes na figura 2 um gráfico com os dados das matrículas do ano de 2018.

FIGURA 2- MATRÍCULAS DO ANO 2018



FONTE: elaborado pela autora (2019).

Segundo a entrevistada a modalidade de educação especial municipal, conta hoje com diversas parceiras, convênio com o centro de especialidade (COCEC), que atende 9 estudantes. Na Figura 3, abaixo é apresentado as patologias atendidas pelo município e os locais que ocorrem os atendimentos, de 180 estudantes com deficiências temos na escola municipal de modalidade especial temos 48 matrículas observamos as referidas necessidades especiais e suas patologia, temos 16 atendimentos para TDAH- Transtorno de Déficit de atenção e Hiperatividade; 38 atendimentos em DI- Déficit Intelectual; 13 atendimentos em TEA- Transtorno do Espectro Autista; 03 Síndrome de Dow; 05 atendimento com Déficit de Aprendizagem; 02 apresentam DF - deficiência física; 03 com DA- Deficiência auditiva; 02 atendimento em DV- deficiência visual.

3.2.1 Tabela das patologias atendidas.

FIGURA 3- PATOLOGIAS ATENDIDAS (2017)

Und. Escolar	Patologia	Total
<u>E. M. João</u>	TDAH	03
<u>E. M. João</u>	D.I	06
<u>E. M. João</u>	TEA	01
<u>E. M. João</u>	D.A	01
<u>E. M. João</u>	Dfct. Aprendizagem	02
	Total	13
Esc. de Curitiba	Patologia	Total
<u>Nilza Tartucci</u>	<u>Sind. Dow -</u>	<u>03</u>
<u>Esc.29 de Março</u>	<u>Paralisia Cerebral</u>	<u>04</u>
<u>EPHTA</u>	<u>D.A</u>	<u>02</u>
	Total - 09	

Und. Escolar	Patologia	Total
<u>Esc.mu. Devanira</u>	<u>D.I</u>	<u>11</u>
<u>Esc.mu. Devanira</u>	<u>T.E.A</u>	<u>04</u>
<u>Esc.mu. Devanira</u>	<u>D.A</u>	<u>01</u>
<u>Esc.mu. Devanira</u>	<u>D.V</u>	<u>01</u>
<u>Esc.mu. Devanira</u>	<u>T.D.A.H</u>	<u>01</u>
<u>Esc.mu. Devanira</u>	<u>Dist. De aprendi</u>	<u>01</u>
<u>Esc.mu. Deva</u>	<u>Alta.Habilid/ superdotado</u>	<u>01</u>
	Total	20
Und. Escolar	Patologia	Total
<u>Esc. mu. Ernesto</u>	<u>T.D.H.A</u>	<u>03</u>
<u>Esc. mu. Ernesto</u>	<u>D.I</u>	<u>02</u>
<u>Esc. mu. Ernesto</u>	<u>Dist. De Aprendi</u>	<u>01</u>
	Total	06
Und. Escolar	Patologia	Total
	<u>D.I</u>	<u>06</u>

<u>Esc. um. Deva</u>	Patologia	
<u>Izair Lago</u>	<u>Defict. Intelecto</u>	<u>06</u>
<u>Izair Lago</u>	<u>T.D.H.A</u>	<u>03</u>
<u>Izair Lago</u>	<u>TEA</u>	<u>02</u>
<u>Izair Lago</u>	<u>Dist. De Aprendiz</u>	<u>01</u>
	Total	12
Unidade escolar		
<u>Esc Mu. Joana</u>	<u>D.I</u>	<u>13</u>
<u>Esc Mu. Joana</u>	<u>T.D.H.A</u>	<u>03</u>
<u>Esc Mu. Joana</u>	<u>D.A</u>	<u>04</u>
<u>Esc.Mu. Joana</u>	<u>Distúrbios de Aprendiz.</u>	<u>02</u>
<u>Esc.Mu. Joana</u>	<u>TEA</u>	<u>04</u>
<u>Esc.Mu. Joana</u>	<u>D.V</u>	<u>06</u>
<u>Esc.Mu. Joana</u>	<u>Defic. Física</u>	<u>04</u>
	E.E do SEJA	41
Total Geral	SERE	47
Atendidos hoje na Esc. Especial		54
Atendidos SRM		103
Atendidas em Classe Especial		04

FONTE: Elaborada pela autora (2019).

Conforme a tabela acima, em 2018 haviam 180 estudantes atendidos na rede pública municipal na modalidade de Educação Inclusiva, estes dados foram retirados do sistema SERE, pelo Departamento de Conselhos da época, ao atualizar os dados no momento da entrevista, a chefe de departamento, confere que há 54 estudantes na escola de modalidade especial, sendo um total atualizado de 161, estudantes com deficiência, sendo que 19 estão nos centros especializados em Curitiba. Atualmente a unidade escolar recebe os recursos do Programa dinheiro direto na escola (PDDE), está inscrita no programa escola acessível.

Quando questionado sobre a formação docente, segundo a chefe dos programas de governo, a SME conta com convênios com os municípios vizinhos de, Campina Grande do Sul; Colombo; Piraquara; SEED; o Município de Pinhais. O município de Pinhais se tornou polo de formação para os municípios da região metropolitana norte, por ter excelência em formação e por ter seu sistema próprio de ensino e ser referência em formação educação especial.

Quando é observada a logística de transporte, além de trabalhar com recursos próprio, estão direcionados para assistir a Educação Especial através do (PENAT) o município dispõe de uma, Van adaptada e a disposição para as necessidades de movimentação dos (PCD's) que necessitam.

Estão disponíveis também o suporte da Secretaria de Saúde, com alguns multiprofissionais cedidos, como Fonoaudióloga, Psicóloga, Nutricionistas e Terapeuta Ocupacional. Pela Secretaria de Assistência Social, estão disponíveis do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Conselho Tutelar, além de profissionais de assistente social.

Também conta com parcerias da Federação Paranaense de Golf, para (PCD's), dos quais a escola especial ganhou medalhas nos campeonatos regionais e estaduais.

Como observado as redes de cooperação, e as parcerias entre o próprio sistema de prestação de serviços públicos, acontecem, timidamente, mas ocorre ainda conta com o deslocamento, de veículos adaptados como, um micro ônibus, para transporte dos estudantes até a escola especial local, uma Van Sprinter, que fica à

disposição da secretaria municipal de educação, além de transportar 09 estudantes com patologias mais específicas, que são atendidos em um Centro de Orientação e Controle da Excepcionalidade de Curitiba (COCEC), um carro pequeno adaptado para transporte de Paralisado Cerebrais.

A Secretaria de Assistência Social, é parceira por meio dos Conselhos locais, como Conselho Tutelar, que acompanha os casos de criança e adolescente em situação de risco, o conselho municipal da criança e do adolescente (CMDCA), busca programas para atender as demandas de risco social que abrange os casos mais complexos.

A escola especial tem uma parceria com a Federação Paranaense de Golf, e o Conselho da Pessoa com Deficiência (CMPCD), acompanha os casos mais esporádicos de emergência e urgência como se trata de um conselho consultivo, pouco se vê o que se propõem.

O conselho Municipal de Educação, também é consultivo e sempre apresenta demandas de indicativas para melhorias e diretrizes educacionais, de acessibilidade e diagnóstico, segundo a presidente, este conselho não apresenta muitas indicativos, pois as demandas não chegam até, a pauta, muitas coisas que acontecem nos espaços escolares, como por exemplo, evasão escolar, criança sem atendimento, ou falta de funcionários habilitados para atender os diversos segmentos, não chegam ao conselho de educação, muito menos a tempo do Conselho Tutelar estão presentes na escola tomando as devidas providências, conseguem agir em tempo hábil, mas funciona timidamente, e as vezes são pegos fazendo serviço de assistência social de emergência nas unidades escolares, não há convênios com APAE, e sim, um consórcio com o município de Pinhais, que segundo a entrevistada, informou, ser um dos municípios que já tem implantado Sistema Próprio de Ensino, “A Lei nº1059-09.”.

O município de Pinhais foi contemplado pela (SEED), um polo formador e direcionador de normativas educacionais, para atender os 14 municípios da área metropolitana norte, um exemplo a ser seguido a médio prazo por outros municípios.

Percebemos que as ações democráticas de participação, pelas ações dos conselhos, ainda merecem uma atenção mais direcionada, a real função dos

conselhos que, segundo na fala, da Chefe de Departamento que também é Presidente do (CME), falta muito para avançarmos e quem sabe chegarmos a ser sistema de ensino.

3.3 Orçamento anual e os recursos direcionados para a Educação Inclusiva.

Quando falamos de recursos para a educação, a obrigatoriedade dos municípios esta preestabelecida no art. 212 da CF/88, da obrigatoriedade de 25% de toda sua receita que provém das arrecadações dos impostos, como (IPTU;ITBI;ISS E IRRF) estes advindo de arrecadações locais, que se apresentam sob o título de Recursos Livres, além dos impostos de direitos constitucionais que são (FPM,ICMS;LEI KANDIR;IPI- exportação; ITR,IPVA E IOF-OURO) Estes são recursos que asseguram o fundo de manutenção e desenvolvimentos da educação(MDE) que serão direcionadas as ações definidas pela (LDB,9394/96). A LDB, segunda conta no anuário da Frente Nacional dos Prefeitos FNP (2016).

Estabelece e detalha as ações do (MDE),tais como à aquisição, à manutenção e ao funcionamento das instalações e dos equipamentos necessários ao ensino; ao uso e à manutenção de bens e serviços; à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação; à aquisição de material didático; ao transporte escolar, entre outros.(FNP,2016,p.151).

São mecanismos de financiamento que visa garantir uma fonte permanente de recursos à área, que deve ser fiscalizado pelos conselhos educacionais locais, em parceria com o Tribunal de Contas (TC), municipais e estaduais, por meio de publicações bimestrais do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RRO), este equipamento do Ministério público (MP).

A legislação federal também determina que as despesas com a manutenção e desenvolvimento da educação sejam divulgadas anualmente no Sistema de Informação sobre os Orçamentos Públicos em educação o (Siope), operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (FNP,2016, P.151.).

Conforme as informações do anuário,2016 da FNP, quando o município não cumpre com a aplicação correta dos 25%, tanto o prefeito quanto o próprio município estarão passíveis de sofrerem como.

“[...] a) aparecer desfavoráveis às contas públicas pelo (TC), que se mantido pela Câmara municipal, poderá sujeitar o prefeito por inelegibilidade por 5 anos(Lei Complementar 64/90.Art.1º,I,g); b) impedimento de receber auxílios/subvenções/contribuições da União e do Estado(Lei9394/96, art.87,§ 6º); c) Impedimento de contratar empréstimos e financiamentos exceto de antecipação da Receita Orçamentaria -ARO; (Resolução do Senado Federal 78/98, Art. 13,VIII);d) Intervenção pelo Estado(Constituição Federal, Art.35,III); e) Imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente(Lei 9394/96, Art. 5º,§ 4º); f) Impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes da federação. Exceto para área de saúde, educação e assistência social (Lei Complementar 101/2000, Art. 25, §1º, IV, b)”. (FNP,2016, P.151).

O total do orçamento para 2018 do município, previsto era de R\$ 92.3740 milhões de reais, como o ano foi de cortes orçamentários em todo o país, chegando ao final do ano com montante de R\$ 89 milhões de arrecadações, uma significativa queda de 3 milhões a menos para os cofres públicos municipal. Segue situação comentada pesquisa na página da transparência, figura 1 respectivos dados Orçamento anual da prefeitura.

FIGURA 1- ORÇAMENTO ANUAL DA PREFEITURA

Exportado em: 19/01/2019 Transparência Fly

Quatro Barras - PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

Receitas Última atualização: 18/01/2019 19:02:39

Filtros utilizados para elaboração da consulta: Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS | Ano: 2018 | Mês: Dezembro

Receitas referentes a Dezembro de 2018						
Total de receitas da Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS					R\$ 88.980.281,38	
Rubrica	Descrição	Valor orçado (R\$)	Valor orçado atualizado (R\$)	Arrecadado no mês (R\$)	Arrecadado até o mês (R\$)	Realizado (%)
4.0.0.0.00.0.00.00.00	Receitas	92.174.968,92	92.174.968,92	8.062.942,07	88.980.281,38	96,53

Fonte: Transparência Prefeitura Municipal (2019)

Dados referente ao ano de 2018. Sitio transparência, ao buscar dados referente ao ano de 2017, pode-se analisar e observar que não houve acréscimo ou decréscimo significantes para o ano de 2018. Segundo dados do IPARDES, foram assegurados os 25% para a educação no referido ano e um investimento R\$ 41.000,000 na

educação, com recursos próprios para reforma e ampliação, compra de bens e insumos, segundo o site da transparência.

No início do ano de 2019, o prefeito em exercício, lançou por meio do Decreto nº 6558/19, que os investimentos em educação foram aprovados um total, ampliando de 25% para 28%, os recursos para a educação do município, com o aval da Comissão em Legislação da Educação, da Câmara de Vereadores, por meio da LDO.

A figura 2, apresenta os recursos da educação segundo o (PNE) sob a lei nº13005/15 encontra-se na META 20 e suas estratégias, apresenta o acompanhamento do (PME) para o município, situando os recursos para aplicabilidade dos recursos da educação. Sabendo que os indicadores desta meta estão direcionados na esfera federal, para isto conforme citado na entrevista, os dados do município devem ser redimensionados em seu contexto real.

FIGURA 2- INDICADORES ORÇAMENTO PME

Dados e Indicadores para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação

Município: Quatro Barras	
Ficha metodológica para o indicador 20	
Meta 20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do produto interno bruto - PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio
Indicador 20 Nacional	Razão entre investimento público total em educação e produto interno bruto (PIB).
Indicador 20 Proposto	Idem nacional
Comentário.	a) Ausência de Nota Técnica no PNE em Movimento (janeiro de 2018); b) Disponibilizados dados mais recentes de PIB municipal e gasto com educação segundo despesas na Função Orçamentária Educação.

Dados / Indicadores - 20

	2015	2016
Produto Interno Bruto a Preços Correntes (R\$ 1.000,00)	1.163.438	-
Despesas por Função - Educação (R\$ 1,00)	18.670.893,43	19.094.793,81
Indicador	1,60%	0,00%

Fonte: IPARDES - Base de Dados do Estado

Fonte: www.educadores.diaadia.pr.gov (2016)

Segundo entrevista, a Lei Municipal de Dotação Orçamentaria, LOA/2019 sob Dec. nº1185, para o referido ano R\$ 65.000,00 que é retirado dos 5% da educação, o valor que foi direcionada aos investimentos com a Educação Inclusiva, são pequenos avanços nas estratégias de financiamento que já foram alcançadas, com o quadro de

indicativos do Plano Municipal de Educação. A educação inclusiva também depende de doações do legislativo quando há sobra de recursos da câmara, no ano de 2017 foram de R\$10.000,00. Saber da vida orçamentaria do município é mais que uma das tarefas, uma obrigatoriedade dos agentes que são lideranças, assim poderão cobrar do prefeito, a transparência de sua aplicabilidade.

3.4 - Entrevista com a Chefe do Departamento de Programas de Governo e Fiscalização do Plano Municipal de Educação (PME-Lei 926/15).

A entrevista iniciou-se as 9:15 da manhã do dia 28 de janeiro do ano de 2019, com a, Chefe de Departamento dos Programas de Governo, agente pública concursada a 19 anos ela já atuou em salas de aula, direção de escolas, a 5 anos está à frente da secretaria de educação, sempre envolvidas com os conselhos e desde o ano de 2018, é coordenadora de Educação de Jovens e Adultos (EJA), fiscaliza e acompanha o Plano Municipal de educação (PME). Também faz parte do Conselho Municipal de Educação (CME), como presidente, reeleita no pleito 2018/2020. Possui formação em Magistério, Pedagogia, duas Pós-graduação, Educação Especial e Educação Infantil, tem o título de Mestre em Formação de Professores formada pela universidade de um país aonde seu diploma não é reconhecido em nosso país.

Sempre teve interesse pelo tema da educação especial, sempre está buscando novos conhecimentos, já lecionou em sala com crianças de inclusão, que não tinham pareceres e nem laudos, na época, e também, quando fez a pós-graduação em (EE) no dia a dia de sua função sempre está lendo e revisando as, Leis e diretrizes da Educação Inclusiva, ao longo das atividades na SME. A formação é um dos fatores significantes para se trabalhar, dentro da Educação Inclusiva, o sistema de ensino deve assegurar. “Professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitado para a integração desses educandos nas classes comuns.”. (LDB, Art. 59. III- CARNEIRO.2005, p.624.). O texto na LDB, refere-se à cursos, adicionais específicos em Deficiência mental; Deficiência Auditiva; libras; Deficiência visual; pós-graduação em psicopedagogia; educação inclusiva; neuropsicologia.

Ao fazer a pergunta referente, como observa o, acompanhamento do (PME) local e se houve avanços, da META 4 em relação as estratégias e quais são as observações pontuais sobre este item. Assegura que o município avançou sim, e a existência de um Dec. Lei para dotação orçamentária para a inclusão, também em relação ao atendimento aos (PCD's), tem profissionais habilitados no atendimento, observa que houve locais mais adequados como uma multifuncional dentro de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).

Sobre cumprir a meta 4, nas suas estratégias, 4.2 e 4.3 disse que as, dificuldades encontradas são em virtudes de Legislações da Educação local, elas acabam por impedirem em Poltronierri, (2005, p.11.) “[..], o nosso sistema normativo com frequência modifica Institutos jurídicos ou confere um anova roupagem a Institutos antigos”. O que nos leva a compreender, que as legislações locais, necessitam de atualizações, e quanto aos processos administrativos, ainda nos estudos em Poltronierri, (2005, p.54.) “[..] sobre a racionalidade operacional e eficácias dos procedimentos tomados, apresentam muitas irregularidades.”. O que constantemente é observado, a morosidade para a liberação e a execução de serviços públicos prestados.

São ações de agentes públicos que segundo ela não justificam, qualquer impedimento de projetos, mas acabam e podem dificultar e barrar a implantação, do (CMAE), mas a realidade é que as leis da educação do município de Quatro Barras-Pr. vão “de encontro “às legislações Federais e Estadual; A falta de Concurso Público no município para suprir a demanda atual, tanto de profissionais como de funcionários, também é mais um empecilho más, aonde seria locado.

Quando a pesquisadora questiona se o PME, está acontecendo na sua efetividade, relata que, ela percebe que no plano, muitas das estratégias, não condizem com a realidade ou condição do município, ele exige muito do município que não dá conta sozinho de tantos investimentos , sem apoio da União ou do Estado, necessitando sempre de muita ajuda de fora, isto faz com que a gestão local deixa de concretizar, as muitas às muitas estratégias indicadas no plano, por falta de apoio, das redes locais e estaduais principalmente nas distribuições dos recursos da União.

Outro fator que impede a implantação de um (CMAE) é a lei de responsabilidade Fiscal (LRF), esta Lei de, segundo (informação verbal)⁴ VIEIRA, (2018) em um vídeo aula, foi constituída pela CF/88 Art. 163. “é essencial para o uso correto dos recursos monetários do município”. Ainda na fala do Professor Vieira, a (LRF) deve-se orientar e cobrar dos gestores, o controle das finanças, consagrar princípios da Constituição que implicam: Transparência, Responsabilidade e sustentabilidade.”.

Outro fator que também impede a sua aplicabilidade, são os números de cargos comissionados, que toda gestão traz na cultura do jeitinho, chega a ser um dos empecilhos; percebe também que há falta de Intersetorialidade também é complicado. Observa também que, quando há mudança de governo, geralmente as escolhas dos gestores e secretários , deveria ser mais seletivas, por méritos, no mínimo ser conhecedor da realidade da educação inclusiva, e das reais necessidades da prestação de serviços para Educação Especial, deveriam se apresentarem mais sensíveis, nestas demandas ao PCD's, como frequenta, constantemente em seminários fóruns, em outros municípios, a conversa dos agentes, da mesma posição que é a minha, quando se comenta, sobre intersectorialidade e parceria de redes de apoio, na maioria dos municípios, os representantes das, mais diversas pastas, pontuam que, não se conversam entre si, não trocam informação, somente quando obrigados a apoiar a outra pasta, “uma completa Concorrências de Egos”.

Após uma pausa sobre estes dados, foi questionado como a (SME), levanta os recursos para as ações da educação inclusiva, reforçou sobre a dotação orçamentária que à partir de 2017, disse que a câmara às vezes doa anualmente algum recurso, ano de 2018, fez uma doação de R\$10.000,00, os recursos do (FUNDEB), para pagar os professores especialistas, uma verba federal e o programa, Escola Inclusiva, nem sempre teve recursos próprios para a sua manutenção, nem (PDDE) tinha, começou a receber no final de 2018, porém nada direcionado, contava sempre com aquilo que a gestão pública, por meio das secretarias administrativas e de planejamento enviava, a secretária então direcionava os recursos que sobravam para o local de mais carência.

⁴ Professor Luiz Carvalho Vieira,, módulo 13 Gestão Tributária EADUFPR..

Na última questão após levantar os dados gerais, a pesquisadora questiona a entrevistada, se ela vê importante a implantação de um (CMAE) e se a (SME) tem condições para isto, a resposta foi positiva, disse “ Com certeza , porém para a implantação de um (CMAE) no município, ele deve estar adequado nos recursos, e adaptado com leis que sejam facilitadoras primeiro quando cita parcerias com União Estados e municípios, devemos trazer em pauta a intersetorialidade , o que nas reuniões e formações, nas quais participo como : seminários e Fóruns da (UNDIME) (SEED) (AMP). Percebo que na época da construção do (PME) em 2015, as estratégias que vieram do governo federal, foram muito “pesadas” para os municípios, e a sua elaboração foi de correria e de cumprimento de prazos, muitas das metas foram repetidas com indicadores federais, algumas estratégias não se aplica ao nosso cotidiano, um fator sério foi que os agentes locais não entendiam sobre as leis que regulamentavam a educação.

A intersetorialidade e as parcerias, quando falamos sobre intersetorialidade, que são saberes que se articulam para realizar e avaliar ações diversificadas, principalmente em situações mais complexas sempre visando o desenvolvimento da sociedade, Malmegrin,(2014,p.27) Apud (Inojosa;Junqueira;Komatsu,1997,p240) , “elas devem estar conectadas em um projeto ou programa, que inclua a criança o jovem e o adolescente em um atendimento de expectativas interdisciplinar, pertencentes a ambas secretarias”.

Se cada secretário(a) ou prefeito ou gestor(a) conseguissem ter este olhar, aos (PCD's) como pertencentes aos espaços de governança pública, então talvez resolver-se-ia a maioria dos problemas.

Ainda encontramos nos municípios gestores despreparados e isto se confere, quando não há eficiência na gestão, segundo Malmegrin (2016.p12), “gestão será ainda representada por um modelo explicativo abrangendo quatro etapas: planejamento, execução, avaliação e controle ou planejamento, organização, direção e controle.”. A falta de gestores conhecedores, da agenda e dos temas e possa planejar, por meio de “Planos de Ação” avaliando e buscando, estudando as leis e muito mais, não atendem com eficiência, à modalidade de inclusão, segundo a Chefe de Departamento entrevistada, “falta sensibilidade”, por parte dos mesmos.

Em relação aos dados coletados, a Chefe do Departamento dos Programas de Governo, referente aos estudantes matriculados, em salas de Recursos Multifuncional (SRM), Classe Especial, Escola Especial, sabendo que pelos dados do IBGE, se formos levar em consideração quase 24% da população do País são (PCD's), e trazendo para o Município, um percentual de 20%, a oferta no atendimento é mínima, um cálculo por média é de mais de 500 crianças (PCD's), diminui os 161 já atendidos, o município deverá dar conta de mais de 300 que estão sem o devido atendimento. Na fala da entrevistada temos aproximadamente mais 100 estudantes, na fila de espera de avaliação precisa e o diagnóstico das patologias.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa explicativa busca encontrar explicações para os fenômenos e comportamentos observados. Enquanto a pesquisa descritiva pretende responder a perguntas tais como “[...] o que, onde, e quando, a pesquisa explicativa procura respostas para o porquê e para o como de um fenômeno”. Bhattacharjee, (2012, p. 6, tradução nossa).

Neste sentido, este projeto apresenta-se em caráter de pesquisa explicativa, visando encontrar as causas para a ocorrência dos fenômenos, ou seja, as conexões entre as causas e os efeitos observados, com o objetivo de explicar o objeto pesquisado. O principal objetivo deste tipo de pesquisa é identificar precisamente os “[...] fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Esta pesquisadora entende que assim é o funcionamento das ações em redes públicas de cooperação no campo do Estado e das políticas públicas.

Ao apresentar os resultados coletados, neste capítulo e após levantarmos os problemas administrativos e organizativos, em que se encontra, as ações de prestação de serviços públicos municipais aos estudantes (PCD's).

Iniciam-se a partir de um registro crítico construtivo o que, descreve nos itens a seguir a proposta de implantação de um (CMAE), são indicativos que tentam contribuir como uma agenda política sustentável, indicando e orientando, os passos que devem ser observados, na efetividade da ação, irá depender da persistência dos agentes públicos ou colaboradores envolvidos.

Também depende da vontade do Prefeito em executar, e da união das redes de cooperação que são importantes, para que ocorra um serviço público de qualidade, que além de social educativo, está dentro das estratégias proposta na legalidade dos planos nacionais e municipais de educação.

Apresenta como poderia acontecer a reorganização dos serviços, e quais os meios para sua aplicabilidade, apresenta um fluxograma de organização institucional, quais as possibilidades de recursos para sua efetivação, quais os multiprofissionais importantes, para o centro, além de propor ampliação do quadro. Aponta também o

local para sua implantação e como será organizado, em foram de Rede Teia de Aranha.

4.1 Proposta técnica Descrição de soluções para os problemas identificados na organização do projeto.

A proposta de ampliação de atendimento do novo CMAE- Centro Municipal de Atendimento Especialidades Educacional com a finalidade de ampliar as redes de cooperações para a prestação de serviços para além de dispor de um local deve também ampliar o número de multiprofissionais, para atender das demandas apresentadas nas matriculados, além de dar conta da Lei dos 4 anos, que esta modalidade de educação infantil, observando que devemos planejar a chegada às escolas, sejam elas públicas ou particulares dos estudantes oriundos da epidemia de 2015, prevendo que os casos de estudantes, com Hidrocefalia, oriundos da epidemia do Zica Vírus, no ano de 2015 e 2016. São fatores que não se atentam a isto, segundo a Agencia Brasil, os dados na época da epidemia, foram alarmantes.

De acordo com o Ministério da Saúde, de outubro de 2015 até outubro de 2016, foram notificados 9.953 casos de microcefalia e outras alterações no sistema nervoso. Desse total, 4.797 casos foram descartados e 2.079 foram confirmados como microcefalia. Outros 3.077 casos suspeitos permaneciam em investigação até 22 de outubro. Do total de casos confirmados (2.079), 392 tiveram resultado positivo para o vírus Zika. O ministério, no entanto, considera que houve infecção pelo Zika na maior parte das mães que tiveram bebês com diagnóstico final de microcefalia.(/Agencia Brasil,2016. 14/02/2019).

Os gestores municipais, sejam eles prefeitos, secretários, devem se aterem, e olharem com mais técnica, estes casos que estão respingando aos poucos, de maneira regional e local, apresentando ações preventivas e direcionados aos novos casos, portanto, há necessidade de avaliações psicológicas, neurológicas psicoeducacionais, que somente os centros de atendimento podem resolver.

Na busca do atendimento específico, e do local que iremos direcionar as patologias com alto grau de complexidade elas irão necessitar de espaços físicos, sociais e cognitivos.

Para isto conscientizar-se de que o projeto se faz importante, iniciado com a acessibilidade de informação, esta implantação, deve estar predisposta, em fazer valer as estratégias, 4.2 e 4.3 da Meta 4. (PME)Lei nº926/15.

O prefeito junto com a secretária de educação deve direcionar, as propositivas de ações para cada rede de cooperação, usando-se do poder de polícia, para que o projeto aconteça, deve se utilizar de instrumentos legais, como também as permissões, as quais estão regulamentadas pela Art. 795 CF/88, e o Decreto de Lei n.8.987/95. Além de assegurar estas parcerias com, União Estados e Municípios no caso às redes como, Secretaria de Saúde, a de Assistência Social, Administração e desenvolvimento, Setores Jurídicos de contabilidade, os quais deverão zelar pelos trâmites processuais de adequação e atualização.

As mudanças organizacionais devem ocorrer, com a ampliação da Escola municipal na modalidade Especial Joana Caleche, que de início abraçaria a implantação do (CMAE), seria estruturado para uma sala de fisioterapia que lá já existe, porém necessita de reformas, estruturar uma sala de fonoterapia, mais uma além da já existente no posto de saúde sede, uma sala silenciosa e adequada para os atendimentos para a psicóloga avaliadora e também para a psicóloga que estaria nos espaços escolares juntamente com o pedagogo avaliador, fazendo triagens e direcionando os trabalhos nas salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Uma alternativa para que os atendimentos, possam ser mais direcionados, da não possibilidade da aplicação do (CMAE) seria, ampliar o atendimento nas Classes especiais nos espaços escolares, porém haveria necessidade de ampliar o número de multiprofissionais, de maneira gradativa. Como já feita várias explicações e até repetitivas, a escolha da alternativa, que tem como objeto de estudo a implantação do centro de especialidades , seria por já estar contemplado no Plano Municipal de Educação(PME) e por pensar com carinho nos estudantes (PCD's) e por ser uma promessa de campanha do prefeito em zelar pela Educação Especial do município.

Os parágrafos a seguir, estarão descritos sobre as estimativas dos recursos necessários para a implantação e operação da proposta, assim como irá apresentar um fluxograma, sobre as redes de cooperação local, no campo do estado e das políticas públicas, que serão os parceiros na operação de ampliação das redes.

4.1.1 Estimativas de recursos necessários à implantação e operação da proposta técnica.

Conforme estão dispostos no fluxograma, os itens quinto sexto e sétimo, apresentam de maneira, direcionada os recursos necessários para a implantação, e deve seguir como já citado pela chefe do departamento de programas, continuar como a Lei de Dotação Orçamentária, sabemos que há fundos federais e estaduais, que são liberados desde que os municípios apresentem projetos, de melhorias e de bem estar público à população.

As operações desta proposta envolverão recursos humanos, pois amplia o quadro de profissionais, para o atendimento, aumenta o número de estudantes atendidos, como o programa Escola Acessível que, “que disponibiliza aos municípios condições por meio de um programa de governo, aonde os recursos serão para, adequar a arquitetura dos prédios educacionais inclusivos, melhorias de acesso e insumos, além de recursos de tecnologia assistida.”(AGÊNCIA BRASIL, 2019). Todo município que apresentar projetos e programas, podem em parceria contar com a União.

Seguindo todas as indicativas do (PME) ainda o fluxograma da Proposta de Gestão estratégica (PGE) o sétimo item irá apresentar as considerações e as dificuldades encontradas que segundo consta na última estratégia do (PME), em que todas as metas estão condicionadas aos “ A implementação desta meta fica condicionada pela existência de recursos orçamentários, bem como pela obrigatoriedade e transferência financeira dos recursos da União e do estado e município necessários à implantação das ações.”.(Lei do PME,nº 926/15). que define os recursos financeiros que como já citados, aonde direciona e capta os recursos para ações estratégicas.

Muito se almeja a existência de um centro especializado que possa atender a demanda hoje, temos um local, nomeado de centro atendimento de especialidade que dispõe de 01 Psicólogo; 01 terapeuta Ocupacional; 01 psicopedagoga; 01 fonoaudiólogo, pertencentes ao Classe especial (CEAE); os profissionais que são 02 nutricionistas atendem a SME, e um Fisioterapeuta que não pertence a esse espaço atendendo com Terapeuta ocupacional na escola especial.

A proposta de intervenção deste estudo para ampliação do atendimento, seria de 2 Psicólogo para atender a demanda, um profissional estaria no processo de Avaliação, e com o acompanhamento da Escola Especial, com um profissional Especialista (psicopedagogo, Pedagogo Avaliador, Pedagogo Neuropsicologia) que estaria no apoio pedagógico deste Psicólogo; outro profissional Psicólogo seria o responsável para acompanhar as unidades Escolares.

Um Assistente Social que esteja à frente para Orientar, Direcionar, Acompanhar as demandas de Necessidades especiais em toda a rede, que possa fazer as visitas domiciliares, acompanhando famílias e crianças em situação de vulnerabilidade, e que seria também, o grande ELO entre Conselho Tutelar e (CMDCA).

Os especialistas de Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional seriam mais 01 de cada especialidades que acompanhariam itinerante nas unidades escolares, encaminhando os casos mais complexos ao Centro de Especialistas Médicas.

Saber observar e estudar caso a caso das crianças desde 0 a 12 anos, que estão matriculados na rede educacional do Ensino, será tarefa constante dos profissionais deste centro.

4.2- Plano de implantação e Estratégias de implantação.

Iniciar com a mobilização dos próprios agentes da secretaria municipal de educação, acreditando no projeto, juntamente com coordenadora de educação especial, deve nomear uma equipe com o administrativo, Chefe dos programas de governo federais, para que analisem a proposta e ao estudarem as possibilidades de

implantação do centro , em mãos dos indicadores, com a coleta de dados necessários para o convencimento do prefeito, apresentando que a ideia é viável, e de interesse público, que ela é exequível ao interesse das redes de cooperação, tem um diferencial no atendimento e benefício, para a qualidade de vida dos estudantes (PCD's) , além de estar contemplado como estratégia no (PME), justificando a necessidade de implantação.

Deve de ser apresentado para o prefeito, como projeto de curto prazo, todas as informações pertinentes, reforçando que é de vontade da equipe pedagógica municipal, em ter um (CMAE), e pedir para que o prefeito abrace a causa da educação inclusiva, após ele autorizar. Solicitar uma agenda política, convocando as redes locais para trabalhar a intersectorialidade de aplicação.

Em reunião com todos os envolvidos no processo de ampliação, e feita a distribuição, das responsabilidades que cada pasta, tem para com o projeto, inicia-se os procedimentos legais de ampliação do quadro dos multiprofissionais, que, além dos já disponíveis, deverá ampliar para, mais 01 psicólogo educacional, mais 01 Fisioterapeuta; mais 01 pedagogo especialista, e o tão aguardado, Assistente social na educação, mais os profissionais especialista e técnicos que já são concursados, a rede já os possui, em um breve levantamento, sabemos que dispomos de 70 professores, esta equipe deve ser reorganizada no formato Teia de Aranha, pois cada, um dos agentes, que serão os nós deverão agir autônomos na sua função, e devem compartilhar entre todos todas as redes envolvidas, e com a própria equipe do (CMAE), os processos como estão sendo encaminhados e os resultados.

As formas de monitoramento estarão sobre a responsabilidade da Secretaria de estado pelo departamento de Educação Inclusiva. E principalmente, dos Conselhos existentes nas redes locais de cooperação, Conselho Municipal de Saúde (CMDCA); (CMPCD) Conselho Tutelar, e os que fazem parte da educação, Conselho Municipal de Educação (CME); Fundo Nacional dos Recursos da Educação (FUNDEB); Conselho da alimentação escolar (CAE) e do Comitê do Transportes.

A proposta deste estudo inclui também a indicação de que essas instituições trabalhem de forma mais colaborativa com a intenção de melhorar a eficiência dos serviços educacionais prestados, devem também buscar o diálogo em parcerias com

as redes locais disponibilizada e já contemplada pela entrevista. Como Municípios parceiros na região, buscar acordos internos de efetivação, pelas pastas mais importantes da governabilidade. Quando o tema está focado nas redes de cooperação até juntamente com a troca como se, uma Teia de Aranha, as próprias unidades escolares e de saúde, bem como de assistência social, são importantes para ações direcionadas, quando buscamos uma qualidade em prestação de serviço.

Elaboração de projetos, outro fator pontual para se buscar apoio das esferas estaduais e federais, como um município, seria capaz de buscar recursos, sem ter agentes técnico e especialista, para efetivar estas buscas.

4.3- Resultados esperados das Metas e estratégias de ações.

Ao consultar sites de municípios da região metropolitana norte encontramos, alguns municípios que já implantaram, locais específicos para atendimento especializado, houve uma conversa informal por telefone, com uma das coordenadoras da Educação Especial.

Confirma que já existe um centro de especialidades para atender a demanda do município de Colombo, não é chamado de CMAE sim, (AEE), todo mantido por recursos Próprios da educação, com apoio das Secretarias de saúde e de Assistência Social. Já existe desde o ano de 2010, o município oferta, essa prestação de serviços.

Há um grande benefício e ganho irreparáveis para este tipo de prestação de serviços, aumenta muito a qualidade aos estudantes e (PCD's).

Os resultados a serem esperados, sempre estarão direcionados à condição humana do (PCD's), também a qualidade dos serviços prestados, ampliação no atendimento disponibilidade de uma equipe multiprofissional, sobe a luz da LBI-13146/15, LDB e nº 15075/06, assegurando a dignidade, oportunidade do município melhorar o seu (IDHM). Buscando padrões de qualidade de vida aos habitantes (PCD's) e solucionando o atendimento, eliminando a lista de espera de estudantes, que aguardam por atendimento especializado direcionado, por avaliações que se estendem ao longo de anos e isto vem e poderá vir, com a problemática da idade série.

Por outro lado, o município, deve ser inovador ao proporcionar o diálogo, entre as redes locais focando na Intersetorialidade, pois ambos agentes, saberão que quando há divisão de tarefas, o fardo fica mais ameno e as questões econômica são direcionadas.

4.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas.

Todo projeto corre riscos em sua implantação, ao propor um (CMAE), toda sua estrutura está relacionada, a um Programa de atendimento. O início de falha, iniciaria com processos administrativos, em não conseguirem uma legislação municipal da sua validade, havendo a intencionalidade de implantação, por parte do prefeito e do secretário da pasta, usar o poder de polícia, para que os agentes, judiciárias e legislativos, encontrem soluções para implantação de uma lei.

Uma segunda possibilidade, seria os processos do projeto não estar bem estruturado, ou suas fases não estarem alinhadas. Para Lobo, (2014) o projeto deve ser contemplado com os eventos dentro de uma lógica, os seus objetivos devem ter clareza e sua definição dentro de prazos e tempos, pois precisa ser planejado com antecedência, isso já está pois leva-se em conta o PME, por isto este projeto pode ser concretizado, os agentes devem ser especialistas e técnicos. Os recursos devem estar certos e direcionados para que sua aplicabilidade possa, cumprir as metas, conforme observações dos indicadores que os qualificam. Um projeto deve seguir as fases de seu desenvolvimento.

Projeto parte de um programa, ou, eventualmente, de um plano, cuja responsabilidade pela execução é claramente atribuída a uma empresa, unidade organizacional ou grupos de unidades, sob a liderança de determinado indivíduo. O projeto tem sempre um líder, responsável pelo que ocorre na sua execução. (Lacombe,2009). início ou start-up, planejamento; desenvolvimento, que inclui execução, monitoramento e controle; encerramento ou avaliação de impacto. (LOBO,2014, p.13).

Pode ser um problema esperado precisando rever as estratégias, indicadas na meta 4 do PME, se haver um indicativo de que o município não comporta, um centro de atendimento especializado, seria chamado um seminário como os conselhos locais para junto a comissão de acompanhamento do (PME), e sugerir o Redimensionamento da Metas e estratégias.

Sobre as observações a autora apresenta um organograma, para que seja visível a aplicação do projeto técnico.

4.5 Explicando o Fluxograma para ampliar as parcerias das Redes de Cooperação.

A apresentação da proposta da rede de cooperação na implantação do projeto de ampliação por meio de um CMAE, estará discorrendo sobre as redes públicas de cooperação no campo do Estado e políticas públicas, Malmegrin (2014, p.42) “são aquelas resultantes da associação de órgãos da estrutura do Estado, nas diversas instâncias, com organizações não estatais, devidamente autorizadas na forma da lei para prestação de serviços públicos descentralizados ou terceirizados”.

Por sua complexidade esta pesquisadora chegou, a uma conclusão, em suas observações e pelas revisões de literatura, que o município trabalha neste sistema de redes, sendo que a implantação deste projeto exigirá deste meio de redes, as parcerias o diálogo e legislações adequadas na implantação do projeto CMAE.

No quadro que será apresentado, os atores envolvidos nesta modalidade de rede são. “Agentes governamentais, governos locais e outros; o Caráter de relações serão de formalidade e informalidades; com foco de atuação.” Malmegrin, (2014).

A aplicabilidade do projeto será na atuação dos problemas, pertinentes ao atendimento aos (PCD's) em idade escolar.

Direcionar o projeto como um centro de especialidades, ampliando a equipe de multiprofissional, que concretizando a viabilidade da META 4 do PME, inicialmente estará focado em uma gestão de “processos complexos”.

Quando citamos a rede de cooperação no campo Estado e política pública, deve buscar associações de recursos e intercâmbio, direcionando os princípios e os valores da aplicabilidade das Leis, como as Leis Nacional LDB nº 9394/96 em seu capítulo V; Lei nº13.146/205 e a lei local do PME nº926/15, que devem ser integradas no PPA na LOA e LDO. As parcerias públicas com as redes de Saúde, Assistência Social, redes de Transportes, e com os municípios vizinhos que podem e devem ser os parceiros e colaboradores.

Para haver a cooperação e o reconhecimento de que o projeto aconteça se faz de extrema importância uma equipe de agentes competentes na temática, que se

respeitem e saibam equacionar, selecionar e resolver os conflitos, que por consequência possa a vir a surgir, segundo Malmegrin, (2014) quando faz suas colocações sobre os agentes públicos, ao prestarem os seus serviços., no centro que possam ser “Animador, operador catalisador; hierarquia/ não hierarquia; Ambiente Efêmero/grupo definido Engajamento Adesão por competência/interesse; Racionalidade Instrumental/comunicativa.”

Em uma atual conjuntura das políticas nacionais, com a aprovação da “PEC 95, “redução de gastos público” para a educação, por 20 anos, já estão respingando em todos os municípios, que sofrem com a lei de desmonte da educação no país, observam-se que o programas do governo estão parados, os Recursos público Federais reduzidos. O que traz para qualquer gestor, desafios para a educação pública, nos espaços das Prefeituras municipais.

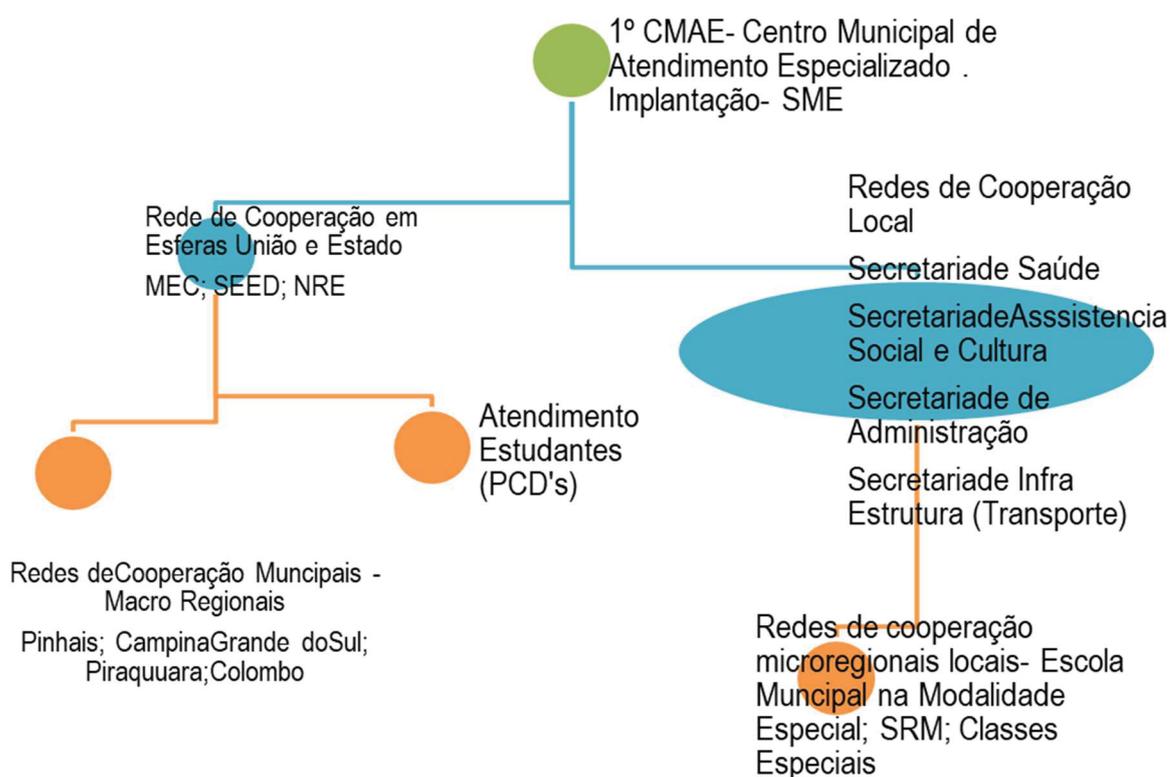
Há uma possibilidade, talvez seja viável de levantar recursos, nos Conselho maiores dentro do Município, como da Pessoa com deficiência, criando dentro deste conselho específico um (FIAPCD's)-Fundo de Financiamento para os estudantes com deficiência. Outro caminho seria, buscar a criação por meio de lei do Sistema Próprio de Ensino, assim poderia, trazer a legalidade para a contratação dos multiprofissionais ou das áreas a fins.

O fluxograma trás, em seu formato, ideia esquemática elaborada pela autora da pesquisa, do formato de Rede de Cooperação no Campo do Estado e das Políticas públicas, que elenca no 1º item a temática da proposta do (CMAE). Busca no 2º quadro, que as primeiras ações, são a de diálogo dos gestores da SME, com as secretarias que podem ser parcerias, Secretaria de Saúde, responsáveis por ampliar os multiprofissionais da rede de saúde. A Secretaria de Assistência ampliaria os atendimentos das ferramentas de Assistência Social, em específico cedendo um assistente Social, a secretaria de administração, sempre estaria mediando o processo, acionando a Secretaria de Infraestrutura, com as questões de transporte e Insumos.

Seria também a Secretaria de Administração, o responsável pelas leis que regulamentariam, as parcerias com os municípios vizinhos, em particular com o Município de Pinhais, que está autorizado, a direcionar e orientar, a região metropolitana Norte da capital do Estado.

No 3º quadro, apresenta que a obrigatoriedade, da função dos técnicos e especialistas de, desenvolver projetos inscrever e registrar, acompanhar fiscalizar, todos os dados oficiais, da SME, nos Programas de Governos Estadual e Federal, apresentando também o projeto, sendo assim contemplado com a disponibilidade de Recursos, legais do Campo do Estado. E por fim não mais importante, sempre, havendo troca de informações com setores, regionais, para que os setores locais estejam á serviço dos estudantes que necessitam de atendimento na Educação Inclusiva.

GURA 1 FLUXOGRAMA ESTRUTURAL PARCERIA EM REDE



FONTE: Elaborado pela pesquisadora (2019).

Ao apresentar o formato em redes de cooperação, no referido fluxograma, um dos itens, que devem ser observado, são os das redes microrregionais locais, como

as Unidade Escolares, as (SEM), bem como as Classes Especiais, serão muito importantes, para colaborarem, com a efetividade da proposta deste projeto técnico.

5. CONCLUSÃO

Chegando ao final deste trabalho de pesquisa, sobre o tema, redes de cooperação nas redes públicas. Conclui-se que ao identificar os problemas locais do município percebemos que há um constante movimento, porém sem objetivos em que se alcançar e aonde se quer chegar, por parte dos atores envolvidos com o tema Educação Inclusiva, muitas vezes necessita de tempo para buscar um conhecimento mais aprofundado.

As relações estruturais e analíticas das redes de cooperação local, a maioria dos agentes envolvidos, os deixando ficar à parte das ações que deveriam ser dimensionadas e centralizadas para a prestação de serviços público de mais eficiência.

O município apresenta ter, um grande potencial para desenvolver os trabalhos de ampliação com as Redes de Cooperação, pois já dispõe de normativas, entre as secretarias e os departamentos públicos. Quando falamos em redes de cooperação, conclui-se que a falta de articulação e de, diálogo, deva haver por parte das Secretarias como por exemplo, Secretaria de Saúde Secretaria de Assistência Social e também a Secretaria de Infraestruturas, pois devem fazer parte, no processo de intersectorialidade local em busca de um bem comum para a modalidade de educação inclusiva, e gestar em conjunto.

Acredito que o (CMAE), que seja importante para o desenvolvimento local e isto, e quando se pensa um projeto tão belo como este, se comprova por meio dos estudos, pode acontecer a implantação do Centro de Atendimento, assim como já ocorreu nos municípios vizinhos. Também a educação inclusiva carece de mais profissionais especialistas e técnicos.

A viabilidade nesta demanda de ações, chega quase que de urgência, quando nos deparemos com os relatos dos agentes envolvidos e com a fala da Chefe do Departamento do Programas de Governo. Deve haver envolvimento dos mais diversos setores e deve ser de interesse político, como determinantes para sua execução, dependem muito de fatores de atualizações das legislações específicas.

Quando pensar como se dará a captação de recursos, as parcerias com a esferas federal e estadual, devem ser articuladas, exigindo da SME, profissionais técnicos e especialistas, que apresentem um bom projeto, e possam cadastra-los no Sistema Nacional, uma observação relevante desta pesquisa, foi as perdas de recursos que ocorreram no município,, por não dispor destes profissionais.

No campo da pesquisa observa-se que os agentes responsáveis pelas pastas mais importantes, como legislativo e judiciário, que poderiam ser as redes oficiais nas questões administrativas e burocráticas, pouco dimensionam suas vontades para estas situações, que dimensionam a qualidade humanas, deixam-se levar por politicagem e interesse próprio e não saíram da mentalidade do século XX. Por isto com a entrevista, com as análises e estudos dos mais diversificados documentos, ainda se percebemos que o tema inclusão, está engatinhando a passos lentos nos municípios brasileiros, e quando situamos um tema local, e vamos aos demais municípios observar, passam pelos mesmos dilemas encontrados aqui, os autores por mais que, apresentam seus estudos de anos passados, com datas mais de 20 anos, e com textos recentes de cinco ou seis anos atrás, falam sempre a mesma coisa sobre, o desenrolar lento da Educação que era Especial, que agora é Inclusiva, que era portador de deficiência e agora é pessoa com deficiência.

Quando temos as tratativas de propor a implantação de um Centro Municipal de Atendimento Especializado, buscamos nas propostas de Gestão de Políticas públicas as parcerias em Redes de Cooperação, e em todos os textos pesquisados e analisados a necessidade deste trabalho a autora, Malmegrin,(2014) nos confere sempre, que são temas complexos, entender o todo o processo das redes é muito difícil, quando não se está atuando no dia a dia, para quem está dentro de uma sala de aula, só restas os acertos e os erros de como descrever o processo, porém quando se participa da vida pública e estuda-se a engenharia da gestão, podemos a chegar em uma conclusão próxima da realidade de funcionamento, e isto é o que apresento, uma tentativa de envolver-se em um proposta com visão de base, dentro da realidade

Por isto com a entrevista, e com as análises dos estudos surgem novamente, aquela preocupação, em relação ao tema inclusão, que caminha nos municípios brasileiros, à passos lentos, quando situamos um tema local, e vamos aos demais

municípios observar, eles passam pelos mesmos dilemas encontrados aqui. Os mais diversificados estudos de análises sobre o tema, textos recentes de cinco ou de mais anos atrás, falam sempre a mesma coisa sobre, o desenrolar lento da Educação que era Especial, que agora é Inclusiva, que era portador de deficiência e agora é pessoa com deficiência.

Chegando a uma consideração que quando há um interesse coletivo de elaborar ou fazer indicativos para um objetivo comum, os temas polêmicos podem trazer a quebra de paradigma, na vida pública, que possivelmente demandam, envolver um coletivo, isto pode assustar toda uma equipe envolvida o fato é, cumprir uma lei municipal, dentro de metas a serem alcançadas, é o objeto desta pesquisa que estão e vão ao encontro de fazer-se cumprir as estratégias do (PNE) centralizadas também nas estratégias do (PME). E como cita Malmegrin (2014), gerenciar uma organização em redes tão complexas exige dos agentes públicos, serem capazes de lidar com as mais diversificadas demandas, e estas demandas chegam a convergir com os atores envolvidos sejam eles sociais ou governamentais, leva aos gestores a buscarem parcerias e cooperações competitivas em um frequente à captação de recursos e ao poder.

Como já foi pontuado e explanado discorrer sobre a importância da necessidade de ampliação dos serviços prestados, com aumento funcional a equipe multiprofissional e com a implantação do (CMAE), está além de uma obrigatoriedade de cumprir uma agenda educacional, implica também na qualidade de vida dos estudantes (PCD's) e na sua complexidade e necessidade de diagnósticos claros para minimizar o atendimento dos especialistas que irão atendê-los. O aumento de uma equipe poderá auxiliar na ampliação de matrículas das diversificadas turmas atendidas e já citadas e no aumento de perspectivas de vida futura em nosso município. Com melhoria das parcerias em redes de cooperação o prefeito poderá ter redução de gastos públicos, podendo obter um efetivo maior de profissionais capacitados, da saúde que atenda a educação e também os profissionais que nela, trabalham, além de desenvolver uma nova proposta de programa de atendimento, e que por consequência, buscar as parcerias com o Estado e União.

Conclui-se que as redes de cooperação, são todas àquelas disponibilizadas nas redes públicas, que um gestor deve agir seguindo os princípios de uma administração pública, que os principais conselhos existentes nas redes públicas, são responsáveis pela intersoteralidade, apresentando sempre ao gestor, as demandas de sua rede, seja de educação, saúde e Assistência, de segurança ou transportes, etc... Que os espaços são teias de demandas locais, que muitas vezes o prefeito, não conhece seus agentes, e suas atitudes autônomas.

Que existe agentes e agentes públicos, ambos atores nas ações efetivas, de avanços ou de retrocessos, que uma rede de cooperação, nasce desde a base do atendimento mais simples, de uma sala de aula, a cozinha, ou na limpeza, assim como há envolvimento da família na escola. Unidos formam uma rede que busca a Melhoria da Prestação dos Serviços Públicos.

Uma gestão pública, é uma rede de interesses, colaborativo e corporativo, elas estão inseridas nas redes setoriais e subsetores, que ambas necessitam de parceiros em busca do bem comum.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Luiz Antônio **Gestão tributária** / Luiz Antônio Abrantes, Marco Aurélio Marques Ferreira. 2 ed. rev., ampl. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.

AGENCIA BRASIL.. **Notícia 2016- Epidemia do Vírus da Zika.**
<http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/epidemia-do-virus-zika-no-brasil-completa-um-ano-com-desafio-na-area-de> >Acesso em 14/02/2019.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: Leitura Crítico compreensiva, artigo a artigo.** Editora revista Ampliada. -Petrópolis, RJ: vozes,2015.

CECILIO, Daniele Moraes .**SESUMAR (PRPPG).**Curitiba,2011.
http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/daniele_moraes_cecilio.pdf
 f> Acesso em: 22/01/2019

COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na gestão pública** / Ricardo Corrêa Coelho. – 3. ed. rev. atual.– Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] :CAPES: UAB, 2014. 76p.: il.

IBGE. Número De Pessoas com Deficiências.
https://www.google.com/search?q=IBGE+numero+de+PCD+deficiencias&rlz=1C1SQJL_pt-em > Acesso: em21/01/2019.

IPARDES. Caderno Montacard. Curitiba, 2018.
<http://ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83420&bt> > Acesso em 22/01/2019

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**– 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014. 110p.

LOBO, Eduardo. **Elaboração e avaliação de projetos.** –Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 108p.

MÄDER, Bruno Jardini (org). **Psicologia escolar/educacional: ações e debates em psicologia escolar**. Curitiba: CRP-PR, 2016. Tradução e notas Nélio Schneider: prólogo Herbert Marcucuse]. São Paulo: Boitempo, 2011

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes públicas de cooperação local**. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014. 134 p. : il.

MULTI CIDADES. Multi Cidades - **Finanças dos Municípios do Brasil. Publicação da Frente Nacional de Prefeitos**, v. 11, 2016. Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2016. Disponível em 20/02/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS. Conselho Municipal de Educação, <[http://www.pinhais.pr.gov.br/educacao/cme/uploadAddress/Lei_1059-9_Organizacao_do_Sistema_Municipal_de_Ensino_\(1\)\[5033\].pdf](http://www.pinhais.pr.gov.br/educacao/cme/uploadAddress/Lei_1059-9_Organizacao_do_Sistema_Municipal_de_Ensino_(1)[5033].pdf)> Acesso:em11/02/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS. **Transparência Fly** <<https://www.-gov.betha.com.br/transparencia/01037-01/congressosreceitas.faces>> :Acesso: em 17/01/2019.

SCIELO. **Diretrizes da Lei de Inclusão, LBI nº13.146**. Distrito Federal,2015 :<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000200018> Acesso: em 06/12/2018

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.130p :il.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO. **CONTEMPORÂNEA**. Print version ISSN 1415-6555On-line version ISSN 1982-7849. Rev. adm. contemp. vol.2 no.1 Curitiba Jan./Apr. 1998

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**.3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.

SAVIANI, Demerval. Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. **Revista Educação & Sociedade**, Rio grande do Sul. ano XX, nº 69, dezembro/ 1999.

SCIELO. Acervo Digital. **Biblioteca Digital**<
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6512/5096> >
Acesso:21/01/2019

SCIELO..**Proceedings**
<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032002000400018&script=sci_arttext&tlng=pt > Acesso .21/01/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Tutoria Normalização Modelo trabalho acadêmico**, Curitiba,2019.<
https://www.portal.ufpr.br/tutoriais/tutoriais_normaliza/modelo_trabalho_academico.pdf > Acesso: em 18/01/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Acervo Digital Manual de Normalização**. Curitiba, 2019.
<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45654/Manual_de_normalizacao_UFPR.pdf?sequence=1&isAllowed > Acesso: em 16/01/2019.

APENDICES Anexo 1 Documento Institucional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA, GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E
GESTÃO DA SAÚDE UAB/PNAP/UFPR
(Modalidade a Distância)

De: Curso de Especialização Gestão Pública Municipal - UFPR
 Para: Prefeitura Municipal de Quatro Barras-PR-SME

Informamos para os devidos fins que o(a) discente Maria Campos de Almeida, matriculado(a) no curso de especialização a distância da UFPR, Gestão Pública Municipal, está desenvolvendo TCC orientado pelo(a) professor(a) Rodrigo Luiz Moraes da Silva, intitulado Propor melhorias para o funcionamento das redes de cooperação existentes na prefeitura municipal de Quatro Barras - PR ampliando a prestação de serviços às Pessoas com deficiência (PCD), por meio das Redes de Cooperação.

Esse TCC ocorrerá na instituição Prefeitura Municipal de Quatro Barras-PR-SME e tem como prerrogativa o desenvolvimento de uma proposta de intervenção e não uma pesquisa científica. Na maioria dos casos, os dados utilizados serão coletados de dados secundários (tais como relatórios, atas, site governamentais etc) e não há intenção de que os trabalhos sejam publicados em periódicos de cunho científico. Desta forma, não há necessidade de que o projeto seja submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa.

A coordenação do curso sugere que, ao final do TCC, ele seja entregue à instituição para seu conhecimento e possível implantação.

A disposição para maiores esclarecimentos.

Fernanda Salvador Alves

FERNANDA SALVADOR ALVES
 Coordenadora do Curso de Gestão Pública Municipal turma 2017-2019

DATA	
ASSUNTO	
PROF.	
CO	
PREF.	

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS	
PROTOCOLO	
COMPROVANTE DE PROTOCOLIZAÇÃO	
PROCESSO Nº	219/19
ASSUNTO:	
DATA:	10/10/19

Anexo 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA - UFPR EAD Gestão Pública Municipal

Acadêmica: Maria Campos de Almeida

Trabalho de Conclusão de Curso sob o tema : ‘

“ Propor melhorias para o Funcionamento das Redes de Cooperação existentes na Prefeitura Municipal de Quatro Barras-Pr, Ampliando a Prestação de Serviços às Pessoas com Deficiência por Meio da Redes de Cooperação

1 – Nome do entrevistado?

2-Cargo que ocupa na Instituição

3-Quantos anos atual nesta instituição?

4-Qual sua especialidade?

5- Conhece o tema EE?

6-Qual as observações que faz em relação aos indicadores de acompanhamento do PME em sua META 4 no município?

7- Quais as principais dificuldades encontradas pela instituição na aplicabilidade de cumprir a Meta 4 em relação a um CMAE, no município?

8-Como a SME, levanta os recursos para as ações das diretrizes de Inclusão?

9-Quais são as fontes de recursos? Rec. Próprio/ 05%/ 15%/ Salário educação/Doações de pessoas físicas/ Parcerias com empresas?

10- Quais as parcerias em Redes de Cooperação que a SME busca para prestação de serviços prestados aos PCD's, direcionados a Gestão de Apoio a instituição para melhorias de ensino?

11- Você observa que há necessidade de se cumprir o que está exigido no PME Lei nº 926/2015 em sua Meta 4 estratégias 4.2/4.3. Por que? Qual a viabilidade? A SME tem condições para implantar um CMAE?

1. Número de estudantes de 04 a 17 anos atendidos no ano de 2018?
2. Números de Crianças e Jovens matriculados no Sistema de Inclusão
3. Números de estudantes atendidos no ano de 2018 na Escola Municipal Professora Joanna Valache – EI EF na Modalidade de Educação Especial.
4. Número de profissionais na SME/ Técnicos administrativos/ Motoristas e Inspetores.
- 5.- Os profissionais Pedagogos da SME contemplam dentro de toda Coordenação de Educação Básica e Modalidade;
- 6- Professores Especialistas concursados, que atendem a demanda da educação especial. Local: Secretaria Municipal .Data: 28/01/2019

ANEXOS 3

Lei de implantação do sistema de Ensino do município de Pinhais

SEÇÃO IV

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 25. Entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com

de necessidades educativas especiais.

§ 1º A rede regular de ensino para oferta da educação especial contará, sempre que necessário, com serviços de apoio educacional especializado, salas de

recursos e centros de atendimento especializado.

§ 2º O Conselho Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes nacionais, fixará normas para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais.

Art. 26. O Poder Público Municipal poderá complementar o atendimento a educandos com necessidades educativas especiais, por meio de convênios com instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

Lei1059-09_Organização do Sistema Municipal de Ensino - 8 -

educação especial, e que atendam aos critérios estabelecidos pelo Sistema Municipal de Ensino.

ANEXO 4

Uma breve conversa, em busca de informação com a Coordenadora de Educação Especial do Município de Colombo, recebido por e-mail.

QUESTIONÁRIO UFPR EAD Gestão Pública Municipal

Acadêmica: Maria Campos de Almeida

1 – Nome do entrevistado

2-cargo que ocupa na Instituição

4-Qual sua especialidade

5-Como a SME, levanta os recursos para as ações das diretrizes de Inclusão

9-Quais são as fontes de recursos? Rec. Próprio/ 05%/ 15%/ Salário educação/Doações de pessoas físicas/ Parcerias com empresas?

Observações opcional.

de: Maria Campos de Almeida

data: 6 de fev. de 2019 11:54

assunto: Questionário colaborador Tcc- acadêmico

enviado por: gmail.com,